



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

SESSÃO ORDINÁRIA 29 DE ABRIL DE 2026

ATA n.º 01/2026



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

MANDATO 2025 / 2029

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2026

ATA n.º 01/2026

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, nas instalações da Junta de Freguesia sitas em Vendas de Azeitão (Rua 25 de Abril), realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) com a seguinte Ordem de Trabalhos:

♦ **Período de intervenção do público**

♦ **Período de Antes da Ordem do Dia**

♦ **Período da Ordem do Dia**

1. Informação do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da junta e da situação financeira da freguesia
Apreciação

1

2. Prestação de contas relativas ao ano de 2025
Proposta para votação

3. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, referente a 2025
Apreciação

4. Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029
Proposta para aprovação

5. Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029
Proposta para aprovação

6. Alteração Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão), respeitantes a Espaços Verdes, Limpeza Pública e Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo - 2026 – 2029
Proposta para aprovação

7. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

8. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026

Proposta para aprovação

A Senhora Presidente da Assembleia ordenou que se procedesse de seguida à chamada.

- ◆ Aníbal Fernando Oliveira Delgado da Silva (IL) – presente
- ◆ António Jorge Matias Ventura (CH) – presente
- ◆ Carla Afonso Machado (CH) – presente
- ◆ David José Matias Marques (SET-V) – presente
- ◆ Diamantino António Caldeira Estanislau (CDU) – presente
- ◆ Duarte Alexandre Godinho Tavares (PS) – presente
- ◆ Elisabete Machado Fernandes (SET-V) – presente
- ◆ João Vitorino Ribeiro Pinto (PS) – presente
- ◆ José Ângelo de Almeida Páscoa Figueira (CH) – presente
- ◆ Mónica Paula da Silva Martins (CDU) – ausente
- ◆ Nelson Martinho Santos (SET-V) – presente
- ◆ Rui Daniel Ferreira Rosário (PS) – presente
- ◆ Vanda Maria da Cruz Esteves (PS) – presente

2

A Senhora Presidente da Assembleia informou que, relativamente à ausência registada, houve o seguinte pedido de substituição:

- Pela bancada da CDU, em substituição de Mónica Paula da Silva Martins, encontrava-se presente Hercílio José Demétrio Ferreira.

A mesa da Assembleia foi constituída pela sua Presidente, Vanda Maria da Cruz Esteves, pelo Primeiro Secretário, Duarte Alexandre Godinho Tavares, e pelo Segundo Secretário, João Vitorino Ribeiro Pinto.

Estavam também presentes os seguintes os seguintes membros da Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia, Tiago Miguel Dinis Cardoso, os Vogais, Gil Aires Parreira Raposo e Jorge Celestino Martins de Jesus, a Secretária, Ana Isabel Espada Pereira, e a Tesoureira, Sandra Isabel Vicente Nunes.

A Senhora Presidente declarou aberta a sessão e deu início ao Período de intervenção do público.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

I - Período de intervenção do público

A Senhora Presidente da Assembleia informou que este período tem a duração máxima de 30 minutos, conforme previsto no Regimento, sendo a palavra concedida mediante inscrição prévia, por ordem de chegada dos pedidos apresentados à Mesa.

Esclareceu, ainda, que cada freguês dispõe de um tempo máximo de 5 minutos para a sua intervenção, apelando ao cumprimento rigoroso dos tempos, de forma a garantir a participação de todos.

Foi chamado a intervir o Senhor Mário Rui Carvalho.

No uso da palavra o Senhor Mário Rui Carvalho, saudou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os Senhores e Senhoras Eleitos, bem como todos os fregueses presentes e aqueles que acompanhavam a sessão a partir de casa.

O interveniente começou por endereçar, de forma clara e institucional, os seus parabéns ao Executivo da Junta pelos 180 dias de mandato cumpridos, assinalando que a presente sessão coincidia precisamente com esse marco temporal. Estendeu igualmente esse reconhecimento a todos os eleitos não executivos da Assembleia, pelos seus 180 dias de exercício de funções públicas.

Referiu, ainda, que reconhecia ao Executivo o mérito de ter iniciado o mandato com a apresentação e aprovação do Orçamento, facto que, no seu entender, poderia revelar organização e capacidade de planeamento. Recordou que o anterior Executivo não tivera, no início do seu mandato, a mesma oportunidade ou benefício da dúvida.

O freguês destacou também um dado que considerou objetivo: o atual Executivo traz consigo mais de 1460 dias de experiência política no território, acumulados enquanto oposição e enquanto naturais de Azeitão. Foi com base nesse conhecimento profundo do território, e em contraste com declarações que afirmou terem sido proferidas em entrevista ao jornal Setubalense, que colocou uma questão que classificou como simples, mas relevante.

O território de Azeitão aumentou?

Esclareceu que a pergunta era feita com respeito institucional, mas também com sentido de responsabilidade, uma vez que, ao longo dos anos, muitos dos problemas do território foram apresentados como de resolução simples, sobretudo em períodos eleitorais. Contudo, perante a realidade atual, considerou importante questionar o que mudou efetivamente para quem vive diariamente em Azeitão. A seu ver, a sensação predominante é de continuidade ou, usando uma expressão popular, de evolução “a um ritmo que não contém a urgência dos problemas”, concluindo com a expressão “tudo na mesma como a lesma”.

O freguês apresentou então um exemplo pessoal, afirmou que, cumprindo todos os procedimentos formais, aguarda há cerca de 180 dias por uma resposta da Junta de Freguesia. Reconheceu que algumas das situações reportadas são da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, mas sublinhou que o essencial é o respeito pelo tempo e pela confiança dos cidadãos. Afirmando que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

governar é também responder, dar seguimento, fechar processos e respeitar quem recorre às instituições.

Passou depois a abordar um tema que considerou estruturante, a marca Azeitão enquanto ativo económico e identitário. Recordou que Azeitão é reconhecido por produtos de excelência, como queijos, derivados, morangos, hortícolas e outros, mas observou que, no terreno, vários agentes locais confirmam que uma parte significativa dos produtos comercializados como sendo de Azeitão tem origem em territórios vizinhos ou até distantes, citando como exemplo os morangos de Pegões.

Neste contexto, colocou ao Executivo um conjunto de questões:

- Que estratégia concreta existe para recuperar, valorizar e potenciar a marca Azeitão?
- Que medidas estão a ser implementadas para garantir que o valor da marca corresponde efetivamente à produção no território?
- Que ações estão a ser desenvolvidas para que essa mais-valia se traduza em receita direta para Azeitão e para os seus produtores?
- Existe alguma iniciativa de certificação, identificação ou diferenciação de produtos verdadeiramente originários do território?
- Que articulação está a ser feita com a Câmara Municipal de Setúbal, associações e entidades do setor para proteger esta marca?
- Existem dados concretos sobre produção local, número de produtores e impacto económico?

Concluiu esta parte com uma questão de fundo:

Estamos a promover a marca Azeitão ou a permitir a sua utilização sem retorno proporcional para o território?

Afirmou que a valorização de Azeitão não é apenas uma questão de identidade, mas também de economia local e de rendimento futuro do território.

Terminou reafirmando a sua disponibilidade para contribuir de forma construtiva, com propostas, dados e trabalho no terreno, sublinhando que o que está em causa não é quem tem razão, mas sim Azeitão e a qualidade de vida de quem cá vive.

Terminada a intervenção do Senhor Mário Rui Carvalho, foi chamado a intervir o Senhor José Picoto. No uso da palavra, saudou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os Senhores e Senhoras Eleitos e todos os presentes, intervindo em nome pessoal e em representação do recém-criado núcleo de Azeitão do Partido Social Democrata (PSD).

O munícipe começou por referir que considera consensual que, ano após ano, o território enfrenta uma ameaça crescente de incêndios florestais, resultante de múltiplos fatores, nomeadamente eventos climáticos extremos, temperaturas elevadas, ventos fortes, períodos prolongados de seca, acumulação de vegetação densa sem gestão adequada e comportamentos humanos negligentes, desde descuidos a ações irresponsáveis ou mesmo intencionais, estas últimas configurando crime.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Sublinhou que, para evitar tragédias, é fundamental o entrosamento entre populações, setores produtivos e setor público, numa lógica de parceria para a prevenção e combate aos fogos florestais. Alertou que o ano em curso poderá revelar-se particularmente difícil, sobretudo após o comboio de tempestades que recentemente assolou a região, e que a resposta a estes desafios não se constrói de um dia para o outro.

Defendeu que uma das prioridades deve ser a desobstrução dos caminhos da rede viária terciária, nomeadamente caminhos florestais e municipais, garantindo que, em caso de incêndio, os meios de socorro consigam chegar a todos os pontos do território. Indicou igualmente outras ações preventivas que considerou essenciais, tais como:

- ❖ Dar o destino correto aos resíduos sólidos resultantes da limpeza de propriedades, determinando e tornando públicos os locais próprios para a sua deposição;
- ❖ Implantar aceiros de proteção, limitação, e realizar a limpeza e manutenção das faixas ao longo das estradas, medidas que, no seu entender, poderão, em caso de necessidade, ser determinantes para o sucesso desta demanda;
- ❖ Fornecer informações ao Corpo de Bombeiros local sobre pontos de abastecimento para as viaturas de combate e, bem assim, a localização de pontos com alto índice de ocorrência de incêndios florestais;
- ❖ Criar uma rede de contactos local, incluindo vizinhos próximos, o Corpo de Bombeiros e a Junta de Freguesia, enquanto entidade de Proteção Civil mais próxima das populações, definindo um fluxo de avisos e mobilização em caso de emergência.

5

O Senhor José Picoto reforçou que cada ação conta, afirmando que a prevenção dos incêndios rurais começa em cada cidadão, mas que a Junta de Freguesia tem um papel que pode e deve ser dinamizador e agregador, em benefício dos habitantes de Azeitão.

Terminada a intervenção do Senhor José Picoto, foi chamada a intervir Senhora D. Ana Isabel Soares. Iniciou a sua intervenção saudando a Senhora Presidente da Assembleia e todos os restantes membros presentes, agradecendo a oportunidade de intervir. Esclareceu que não trazia um discurso preparado, afirmando ser uma pessoa prática e que pretendia colocar questões diretas ao Executivo.

Começou por abordar a situação das viaturas abandonadas na via pública, recordando que, em sessões anteriores desta Assembleia, o Senhor Gil Raposo havia referido o exemplo de um veículo carbonizado na Aldeia de Irmãos. Indicou que, na Rua de São Gonçalo, permanece há muito tempo um veículo estacionado e aparentemente abandonado, sem que se observe qualquer intervenção. Reconheceu que esta matéria poderá não ser uma responsabilidade direta da Junta de Freguesia, mas considerou que, da mesma forma que anteriormente se exigiu atuação ao Executivo anterior, deveria agora ser adotado o mesmo critério. Questionou, assim, se estão a ser tomadas diligências relativamente a este caso.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Passou depois à questão dos contentores de resíduos junto à paragem da Rua da Padaria, referindo que este tema foi, no passado, um drama frequentemente apontado pelo atual Presidente da Junta quando era oposição. Observou que os contentores permanecem no mesmo local, junto a uma paragem utilizada por crianças, e que nada parece ter sido alterado. Considerou tratar-se de uma medida simples e rápida, afirmando que, embora o Executivo ainda se encontre num estado de graça, esta é uma situação que deveria ser resolvida a curto prazo.

Abordou também a problemática dos cabos soltos e desorganizados espalhados por várias zonas de Azeitão. Referiu que, sendo casada com um engenheiro eletrotécnico, tem particular sensibilidade para o tema, sublinhando que a situação é preocupante do ponto de vista paisagístico, de planeamento urbano e de segurança, sobretudo perante a possibilidade de novas tempestades semelhantes às que recentemente afetaram o país. Considerou que a Junta de Freguesia deveria exercer pressão junto das entidades competentes para resolver esta questão.

Prosseguiu com observações relativas ao Orçamento para 2026, afirmando que, após análise, o considera muito vago. Referiu que não está habituada a este tipo de documentos, mas observou que o orçamento abrange o período de janeiro a dezembro e inclui diversas ações e atividades. Entre elas, destacou uma das bandeiras do Executivo, designadamente o parque canino, questionando se o projeto já se encontra em desenvolvimento, se existe estimativa para a sua concretização e qual será a sua localização.

6

Colocou também questões sobre a reabilitação da estrada do cemitério de Vendas de Azeitão, mencionada no orçamento, mas que, segundo afirmou, não parece ter registado evolução visível.

A munícipe abordou, ainda, o tema do Centro Cultural, recordando que este foi uma bandeira do Executivo e que, no passado, se insistiu repetidamente na necessidade de saber quando seria construído. Referiu que o equipamento está agora edificado e questionou se se encontra em fase de conclusão, se existe um plano para a sua dinamização e se o espaço será colocado ao dispor das associações e coletividades locais.

Por fim, referiu-se à questão dos transportes nas aldeias da Serra, afirmando que continuam sem serviço adequado. Recordou que esta é uma responsabilidade da Carris Metropolitana e que a carreira 4470 permanece a vermelho, conforme verificou no dia anterior no site da operadora. Observou que, tendo o atual Executivo exigido respostas ao anterior sobre esta matéria, seria legítimo esperar que agora também estivesse a tomar diligências. Concluiu afirmando que o mandato ainda tem quatro anos pela frente e que muitas outras questões surgirão.

Não havendo mais nenhuma intervenção por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia saudou a Senhora Presidente da Assembleia, todos os membros presentes e o público que acompanhava a sessão presencialmente e remotamente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Começou por responder às questões colocadas pela Senhora D. Ana Isabel Soares, iniciando pela matéria relativa aos transportes nas Aldeias da Serra. Informou que, no próprio dia, havia sido enviado um e-mail à Carris Metropolitana relativamente ao circuito que, embora previsto e delineado, não está atualmente a ser operado por qualquer autocarro. Referiu que aguarda resposta da Carris Metropolitana, sublinhando que este pedido formal foi apresentado pela Junta de Freguesia, com insistência e apoio do eleito Rui Daniel. Acrescentou que a Junta está igualmente a trabalhar noutras necessidades de mobilidade, nomeadamente em Vila Nogueira de Azeitão, onde existem zonas com elevada concentração de crianças que necessitam de transporte escolar, como a Várzea, admitindo a possibilidade de criação de um circuito interno com minibus.

Relativamente aos contentores de resíduos na via pública, esclareceu que não se esqueceu das posições que assumiu no passado enquanto oposição, mas sublinhou que a resolução destas situações não depende exclusivamente da Junta. Explicou que existem muitos pedidos de fregueses que não desejam contentores junto às suas habitações, e que a Junta emite pareceres e sugestões sobre realocações, procurando minimizar impactos. Contudo, a decisão final e a operacionalização pertencem aos Serviços Municipalizados. Alertou que qualquer alteração na localização dos contentores pode interferir com as rotas de recolha, podendo originar atrasos de uma ou duas semanas caso a informação não seja devidamente atualizada. Informou que o pedido relativo aos contentores da Rua da Padaria, bem como outros, como os de Belcamp, já foi submetido e está a ser acompanhado.

Respondendo ao Senhor Mário Rui Carvalho, o Senhor Presidente afirmou que o Executivo cumpre 180 dias de mandato, período que descreveu como intenso, referindo que têm trabalhado dia e noite e que a equipa é reduzida para a dimensão e exigência atual da freguesia.

Esclareceu que, a área territorial da Freguesia não aumentou, porém verificou-se um crescimento significativo do número de habitações, de residentes e de veículos, o que eleva de forma substancial a exigência sobre os serviços da Junta. Informou que, apesar de recentemente terem sido ultimados os acordos de delegação de competências com a Câmara Municipal de Setúbal, os meios atribuídos continuam desajustados face à realidade populacional atual.

Explicou que tal desfasamento resulta do facto de os recursos continuarem a ser calculados com base no número de cidadãos, que é significativamente inferior ao número real. Por esse motivo, a Junta encontra-se limitada por valores populacionais que não refletem a verdadeira dimensão da Freguesia. Acrescentou que, dentro de um ou dois anos, com a atualização dos dados oficiais e o consequente ajustamento dos critérios de atribuição de recursos, será expectável um aumento dos meios disponíveis, incluindo reforço de pessoal, permitindo uma resposta mais adequada às necessidades do território.

Referiu ainda que o Executivo já está a trabalhar de forma antecipada nesse cenário futuro, prevendo a necessidade de reforçar recursos humanos e materiais, bem como de preparar a transição de cinco para sete membros no Executivo, o que implicará igualmente a adaptação das instalações para acomodar esta evolução.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Sobre o parque canino, informou que o processo está a ser articulado com a Câmara Municipal, aguardando que esta desbloqueie a afetação de um espaço. A Junta já apresentou duas ou três propostas de localização, mas a decisão final cabe à Câmara Municipal de Setúbal.

Referiu que, nas últimas três semanas, o Executivo da Junta acompanhou a deslocação do Executivo da Câmara Municipal de Setúbal a Azeitão, no âmbito do programa "Ouvir a População". Explicou que todas as questões identificadas na presente sessão foram igualmente apresentadas e elencadas nessas visitas, durante as quais a Junta expôs as preocupações e necessidades mais prementes da Freguesia. Entre os assuntos destacados junto da Câmara encontram-se, entre outros, o parque canino e a requalificação da estrada do cemitério.

Sobre a estrada do cemitério, explicou que existem duas árvores em avaliação, uma delas com risco de colapso. A decisão compete à Câmara Municipal, em articulação com a Proteção Civil e, se necessário, com o ICNF. A Junta aguarda o parecer técnico para avançar com as diligências subsequentes.

Relativamente às viaturas abandonadas, informou que o Executivo esteve no local acompanhado pela Senhora Presidente da Câmara, Dra. Maria das Dores Meira, e pelo restante Executivo Municipal, tendo sido encaminhado o assunto para a divisão competente. Explicou que todos os procedimentos foram cumpridos, mas que os trâmites legais são complexos, sendo necessário identificar o proprietário, notificá-lo e cumprir prazos legais antes da remoção.

8

Recordou que, sobre o indicado veículo carbonizado na Aldeia de Irmãos, o mesmo terá demorado cerca de um ano a ser removido, devido a estes procedimentos.

Sobre as propostas do Executivo, esclareceu que algumas são de execução rápida, mas outras são estruturais e abrangem todo o mandato. Informou que o grande projeto do Executivo será a criação de um Centro de Dia ou Centro de Convívio, dependendo da autorização da Câmara Municipal. Adiantou que, mais à frente, serão prestados esclarecimentos adicionais sobre este projeto. Mencionou, ainda, que existem outras iniciativas em preparação, mas todas dependem de pareceres e autorizações da Câmara Municipal, uma vez que os espaços e competências são municipais.

Referiu que o início do mandato foi marcado por dificuldades, nomeadamente devido ao estado dos terrenos e à proliferação de ervas, agravada pelas chuvas intensas. Explicou que, após o corte as ervas voltam a crescer em poucos dias e que houve um contratempo relacionado com a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, sobre o qual o Vogal Gil Raposo prestará esclarecimentos.

Acrescentou que a Junta dispõe de pouco pessoal, o que dificulta a capacidade de resposta e impede que se chegue a todos os locais com a regularidade desejada. Explicou que, para assegurar intervenções em várias frentes em simultâneo, alguns espaços que anteriormente eram mantidos com maior frequência deixaram de ter um acompanhamento tão contínuo. Justificou esta situação com o facto de o Executivo estar a atuar em demasiados pontos ao mesmo tempo, não sendo possível controlar todas as necessidades com os recursos humanos atualmente disponíveis.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Respondendo ao Senhor José Manuel Picoto, sobre a prevenção de incêndios, afirmou que o Executivo está empenhado em trazer para Azeitão uma Unidade Local de Proteção Civil, com os meios necessários. Informou que têm sido realizadas reuniões quinzenais com a Proteção Civil para mitigar riscos e preparar o território, reconhecendo que a Serra de Azeitão exige vigilância permanente. Sublinhou que o Executivo tem mantido contacto regular com os Bombeiros de Azeitão, defendendo que estes devem receber mais apoio, dada a sua proximidade e intervenção constante. Informou ainda que, pela primeira vez, será feito um reforço da desmatação, estando a Junta a articular com a Câmara os meios necessários, incluindo maquinaria pesada, e a planear a criação de trilhos e faixas de contenção.

Por fim, retomou a questão colocada pelo Senhor Mário Rui Carvalho relativa à marca Azeitão, reconhecendo que, com pesar, parte da identidade associada aos produtos locais foi transferida para o concelho vizinho. Partilhou que tem como ambição criar um Museu do Pão, do Queijo e do Moscatel, estando em reuniões com o tecido empresarial para avaliar possibilidades, embora reconheça que a marca não é competência direta da Junta. Informou que o Vogal Gil Raposo acompanha este processo, dada a sua experiência profissional.

Reforçou que o Executivo está no terreno diariamente, ouvindo a população, e que compreende plenamente a insatisfação dos fregueses, afirmando que a falta de meios limita a capacidade de resposta. Concluiu afirmando que está de peito aberto para trabalhar com a população e que o Executivo está solidário com as preocupações dos cidadãos.

9

Terminou dizendo que espera ter respondido às questões colocadas.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta e deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. Antes, porém, informou a Assembleia de que, na convocatória e respetivo edital, constava como ponto 7 a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, ponto esse que, a pedido do Senhor Presidente da Junta e do Executivo, foi retirado da apreciação na presente sessão, sendo remetido para uma reunião futura, onde será devidamente analisado.

Quando o Senhor Mário Rui Carvalho tentou intervir, a Senhora Presidente esclareceu que não poderia usar da palavra naquele momento.

II - Período Antes da Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao ponto relativo à aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2025, informando que a mesma havia sido previamente distribuída a todos os membros.

- ❖ **Aprovação da ata** relativa à sessão ordinária de 29 de dezembro de 2025 (ata n.º 2/2025-2029)
Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.
Aprovado em minuta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A Senhora Presidente da Assembleia anunciou que se daria início à leitura das recomendações, pela ordem de entrada nos serviços, começando pela primeira recomendação. Contudo, antes de proceder à leitura, foi interrompida por um pedido de intervenção do eleito Hercílio Ferreira, ao qual a Senhora Presidente anuiu, concedendo-lhe a palavra.

No uso da palavra, o eleito Hercílio Ferreira (CDU) cumprimentou o público presente, os cidadãos que acompanhavam a sessão remotamente, todos os eleitos, o Executivo, o Senhor Presidente da Junta e a Mesa, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Tendo apresentado duas questões.

A primeira referiu-se a um abatimento existente entre a Rua do Poço, em Vendas de Azeitão, e a Estrada Nacional 379, situação que se mantém há vários meses. Recordou que, aquando da deslocação do Executivo Municipal a Azeitão, no dia 8 de abril, abordou o assunto diretamente com o Senhor Presidente da Junta, na presença da Senhora Presidente da Câmara, tendo sido informado de que a situação estava a ser acompanhada. Questionou agora se existe previsão para a intervenção necessária, alertando que naquela zona passa uma mina proveniente do Alto da Serra, o que torna a obra particularmente complexa. Recordou ainda que, em 1998, uma intempérie semelhante provocou danos significativos naquele troço da EN379, causando grande transtorno devido à inexistência de alternativas viárias.

A segunda questão apresentada relacionou-se com o Cemitério de Vendas de Azeitão, referiu que o Executivo já tem conhecimento das queixas apresentadas pelos moradores quanto ao estado de conservação do espaço. Informou que esteve recentemente no local e constatou que é necessária uma intervenção mais regular, uma vez que apenas um trabalhador não consegue assegurar a manutenção adequada. Reconheceu as dificuldades existentes, nomeadamente ao nível de recursos e de produtos necessários, mas recomendou verbalmente ao Executivo que reforçasse as equipas de limpeza com maior regularidade, sobretudo após o período de chuvas intensas, que agravou a situação. Concluiu agradecendo a atenção.

Terminada a intervenção do eleito Hercílio Ferreira (CDU), interveio o eleito Rui Daniel Rosário (PS). O eleito Rui Daniel Rosário saudou todos os presentes e os cidadãos que acompanhavam a sessão remotamente. Referiu que seria breve e apresentou uma saudação que, segundo afirmou, vinha ao encontro de assuntos já anteriormente abordados. Destacou que, na bancada do Partido Socialista, não se confundem boas ideias com diferenças de ideias, sublinhando que o reconhecimento de iniciativas positivas não depende da divergência política existente.

Explicou que tem acompanhado com particular interesse as questões relacionadas com as Aldeias da Serra, sobretudo no que respeita aos transportes públicos. Saudou, por isso, a iniciativa municipal “Ouvir a População, Construir o Futuro”, promovida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, que, a convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, se deslocou com parte do Executivo Camarário aos Casais da Serra. Considerou que esta visita assumiu especial relevância, uma vez que não é frequente a presença de um Presidente de Câmara naquele território.

Durante a deslocação, foram apresentadas duas questões principais.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

A primeira prendeu-se com a carreira 4470 da Carris Metropolitana, que, apesar de possuir paragem nos Casais da Serra, não efetua ali paragens, como noutros pontos do percurso entre Azeitão e a Praia do Creiro. Foi solicitada a sensibilização das entidades competentes para a necessidade de ajustar o circuito, recordando que o Senhor Presidente da Junta já havia promovido diligências nesse sentido.

A segunda questão relacionou-se com o saneamento básico nas Aldeias da Serra. Recordou que estas zonas, à semelhança de todo o território de Azeitão, têm registado crescimento habitacional e requalificação de propriedades, o que aumenta a pressão sobre um território inserido em área protegida. Reconheceu tratar-se de um projeto complexo e oneroso, mas referiu ter conhecimento de investimentos previstos pela SIMARSUL e pela Câmara Municipal de Setúbal que poderão vir a abranger aquela área, contribuindo para a sustentabilidade ambiental do território. Concluiu agradecendo a atenção.

Terminada a intervenção do eleito Rui Daniel Rosário (PS), interveio o eleito Diamantino Estanislau (CDU).

No uso da palavra, o eleito Diamantino Estanislau saudou todos os presentes, o Executivo, bem como os cidadãos que acompanhavam a sessão a partir de casa.

Iniciou a sua intervenção retomando um tema já anteriormente referido por outro membro da Assembleia, mas no caso, relativo à carreira 4641 da Carris Metropolitana, que assegura o percurso entre a Quinta do Conde e Setúbal. Explicou que, acompanhando com regularidade a utilização desta carreira, identificou a necessidade de ser criada uma paragem junto à Farmácia de São Lourenço. Esclareceu que, no traçado atual, a última paragem situada dentro da Quinta do Conde, que se encontra ainda no limite da localidade, seguindo-se apenas uma paragem já na Rua Luísa Todi, outra na Rua Poeta Calafate e, posteriormente, apenas uma última na Estrada Nacional 10, junto ao stand automóvel. Esta disposição obriga muitos utentes, nomeadamente pessoas idosas que se deslocam à farmácia, aos estabelecimentos comerciais ali existentes ou ao Hospital da Arrábida, a percorrer longas distâncias a pé por Pinhal de Negreiros, uma vez que o autocarro não permite a saída num ponto intermédio. Considerou, por isso, pertinente que a Junta diligencie junto das entidades competentes no sentido de ser criada uma paragem naquele local, sublinhando que, noutros troços, existem paragens muito mais próximas entre si, enquanto ali se verifica um intervalo superior a um quilómetro.

Prosseguiu referindo preocupações relacionadas com o trânsito, destacando o prolongado encerramento da Rua da Mata e da Rua Idelira Lourinhã Elias, situação que tem causado transtornos significativos aos residentes. Sublinhou que a Rua da Mata assume particular importância por assegurar o escoamento do trânsito proveniente de Brejos e de São Simão em direção à Estrada Nacional 10. Recordou ainda que, na reunião promovida pela Câmara Municipal para ouvir a população sobre esta matéria, havia sido transmitido que o trânsito pesado deixaria de circular pela Rua Nova da Jardia, sendo desviado para outras vias.

Contudo, afirmou que tal não se verificou, observando diariamente um fluxo constante de camiões a atravessar aquela rua, tanto no sentido norte como no sentido sul, o que contraria as expectativas criadas junto dos moradores.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Abordou, por fim, o estado do jardim da praça da Rua Poeta Calafate. Informou que a relva fora recentemente cortada, mas que o espaço não tem tido rega há bastante tempo, encontrando-se já muito seco. Referiu desconhecer se se trata de uma avaria nos programadores ou de água desligada, mas alertou que, caso a situação se mantenha, o espaço verde poderá degradar-se por completo, ficando reduzido a terra.

Concluiu chamando a atenção para a necessidade de intervenção nestas matérias, dada a sua relevância para a qualidade de vida da população.

Não havendo mais interpelações ao Executivo, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta tomou a palavra, começando por responder às questões colocadas pelo eleito Hercílio Ferreira relativamente ao abatimento existente desde o dia 07/01/2026. Informou que, logo que o pavimento cedeu, foi ele próprio quem comunicou a situação e determinou a colocação imediata de baias de proteção, de forma a salvaguardar a circulação de pessoas e veículos. Explicou que o abatimento corresponde a uma vala onde foi instalada a rede elétrica de média tensão associada à nova urbanização situada a nascente, à saída das Vendas, infraestrutura essa ligada ao posto de transformação junto ao antigo mercado, onde atualmente se encontra o estaleiro dos jardins.

Acrescentou que a Câmara Municipal de Setúbal já tomou as diligências necessárias junto da E-Redes, entidade responsável pela rede de média tensão, para que seja realizada uma vistoria ao cabo e à infraestrutura existente naquela vala. Referiu ainda que, devido à presença de uma mina de água na zona e ao escoamento provocado pelas chuvas, o local funcionou como sumidouro, podendo as infraestruturas envolventes encontrar-se obstruídas por areias.

12

Na sequência deste abatimento, verificou-se igualmente cedência no cruzamento dos semáforos da EN379 com a Rua do Poço e a Rua Miguel Bombarda. O Senhor Presidente informou que contactou as Infraestruturas de Portugal e, com o apoio do eleito Rui Daniel Rosário, elaborou um procedimento solicitando a reposição do pavimento com massas betuminosas novas num troço de cerca de 20 metros para cada lado do cruzamento. Foi-lhe transmitido que as Infraestruturas interviriam, mas que a Câmara Municipal teria também de participar, uma vez que existe no centro da via uma caixa de saneamento proveniente da Rua Miguel Bombarda.

Porém, segundo a informação recebida por parte da Câmara Municipal de Setúbal, a intervenção aguarda parecer da E-Redes, dado tratar-se de zona onde passa a rede de média tensão.

A Junta tem insistido diariamente junto da Câmara Municipal, manifestando preocupação com a evolução da situação e aguardando novos desenvolvimentos.

Relativamente ao cemitério, o Senhor Presidente informou que passaria a palavra ao Vogal Gil Raposo, responsável pela manutenção dos cemitérios, mas adiantou que a situação resulta essencialmente de dois fatores, designadamente a escassez de pessoal, recordando que no executivo anterior existiam três coveiros e que, em breve, passarão a existir quatro, dois em cada cemitério, e a dificuldade de assegurar presença permanente devido às folgas e ao trabalho ao fim de semana. Reconheceu o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

esforço dos trabalhadores dentro das suas possibilidades e referiu que, a partir de junho, terão um trabalho particularmente exigente, assunto que será posteriormente detalhado.

Informou, ainda, que visitou recentemente o Cemitério das Vendas, constatando que a Capela Velha se encontra em avançado estado de degradação, com as paredes de barro a ceder. Indicou que já se encontram a ser recolhidos orçamentos para a intervenção necessária, abrangendo tanto a capela antiga como a capela nova, estando o processo em curso. Referiu igualmente que foram furtados parafusos dos ossários, esclarecendo que cada peça tem um custo unitário significativo, cerca de 15 euros, e que será necessário repor mais de duzentas unidades.

Neste contexto, deu também a conhecer aos presentes o ato de vandalismo recentemente praticado contra a estátua do burro situada na rotunda de Brejos de Azeitão.

Sobre a deslocação aos Casais da Serra, explicou que fez questão de levar a Senhora Presidente da Câmara, tendo a mesma assumido o compromisso de dialogar com a SIMARSUL para identificar a solução mais adequada para o saneamento básico naquela localidade.

Sublinhou que se trata de um território muito específico, com habitações dispersas e inserido entre vales, mas que o crescimento recente, incluindo novas moradias geminadas e um novo hotel, torna urgente encontrar uma resposta. Reforçou que a Junta continuará a colaborar com a Câmara Municipal na definição do projeto mais adequado.

13

Relativamente à carreira 4470, afirmou que a Junta continuará a reivindicar o cumprimento integral do percurso. Sobre a carreira 4641, referiu que, além da paragem junto à Farmácia de São Lourenço, será igualmente solicitada a reposição da paragem junto à Bacalhôa, antiga localização da Rodoviária, onde a construção de um muro eliminou o espaço destinado aos utentes, criando uma situação de risco. Explicou que algumas intervenções podem ser solicitadas diretamente pela Junta, mas outras, por se situarem em vias nacionais, dependem da Câmara Municipal.

Quanto à Rua da Mata, informou que a obra se encontra em fase de orçamentação, aguardando pareceres técnicos relacionados com as passagens hidráulicas. Foi indicado que a intervenção poderá iniciar-se no início do verão, embora tal dependa da conclusão dos procedimentos em curso.

Quanto ao tráfego pesado no Carmona, transmitiu que, segundo a informação recolhida, a circulação tem vindo a diminuir, uma vez que as instalações em Setúbal se encontram próximas da plena capacidade. Explicou que os camiões apenas pernoitam no local e regressam no final do dia, circulando na saída e no regresso a Azeitão sem carga.

A Junta tem alertado a Câmara Municipal para o perigo existente devido à interdição da via, uma vez que alguns condutores continuam a ultrapassar as barreiras, podendo ocorrer acidentes graves. Com a resolução da Rua da Mata, a Junta assumiu o compromisso de proceder ao asfaltamento do troço entre a Rua da Padaria e a Rua da Mata, cerca de 250 metros.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Sobre o jardim referido pelo eleito Diamantino Estanislau, o Senhor Presidente informou que passaria a palavra ao Vogal Gil.

No que respeita à Rua Idelira Lourinhã Elias, disse que visitou recentemente o local com a Senhora Presidente da Câmara e que a situação é ainda mais complexa do que a da Rua da Mata, uma vez que se trata de uma zona de falésia com cerca de 14 metros de profundidade. A Câmara encontra-se a elaborar projetos e já realizou levantamentos gráficos da área. Indicou que, se a intervenção na Rua da Mata representa um investimento de cerca de 600 a 700 mil euros, esta poderá ser ainda mais onerosa. A Junta continuará a acompanhar o processo, a solicitar informação e a transmitir aos moradores os desenvolvimentos conhecidos. Reconheceu que alguns residentes manifestam receio face à instabilidade do terreno, mas considerou que, para já, as medidas de segurança implementadas são adequadas.

Concluiu passando a palavra ao Vogal Gil Raposo para prestar esclarecimentos adicionais sobre o jardim.

O Vogal Gil Raposo tomou a palavra, começando por cumprimentar a Mesa, os restantes membros do Executivo, as bancadas da Assembleia, o público presente e todos os que acompanhavam a sessão a partir de casa, estendendo igualmente uma saudação aos trabalhadores da Junta.

Apresentou de seguida uma síntese sobre o trabalho desenvolvido nos cemitérios desde a tomada de posse do atual Executivo.

14

Referiu que, logo no início do mandato, foram identificadas diversas lacunas ao nível infraestrutural e procedimental nos cemitérios da Freguesia. Informou que, por decisão do Senhor Presidente e do Executivo, estão previstas intervenções de reabilitação de dependências e infraestruturas, bem como a revisão de procedimentos internos. Assinalou ainda que ocorreram furtos em ossários, tanto em Vendas de Azeitão como em Vila Nogueira, garantindo que estas situações serão devidamente resolvidas.

Explicou que têm sido recebidas várias ocorrências e pedidos de moradores, que estão a ser diligenciados, e acrescentou que o crescimento de algumas urbanizações, aliado ao compromisso assumido pelo Executivo de alargar a sua capacidade operacional a todo o território, tem exigido uma reorganização profunda dos serviços. Sublinhou que, anteriormente, a deservagem e a manutenção urbana eram realizadas com maior frequência em determinadas zonas, em detrimento de outras, e que o atual Executivo assumiu o compromisso de garantir um alcance equitativo em toda a Freguesia. Esta redistribuição dos recursos fez com que algumas áreas que antes recebiam mais intervenção sintam agora uma menor frequência, enquanto outras, anteriormente sem resposta, passaram a ser intervencionadas.

Referiu que as intempéries recentes, com elevada pluviosidade e falhas em sistemas de águas pluviais, criaram condições propícias ao crescimento acelerado da vegetação, agravando a situação. Reconheceu que a limitação de recursos humanos tem provocado alguma morosidade, mas afirmou que compete ao Executivo encontrar soluções.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Informou que, no concurso recentemente aberto para quatro vagas por mobilidade, apenas um candidato deverá ingressar, o que obriga à abertura de novo procedimento concursal. Explicou que esta necessidade de revisão do processo justificou também a retirada do ponto relativo ao mapa de pessoal da ordem de trabalhos da presente sessão.

Relativamente à aplicação de monda química, esclareceu que, ao analisar os procedimentos existentes, se verificou que a Junta não possui habilitação própria para a sua aplicação. Apesar de existirem autorizações anteriores emitidas pela Câmara Municipal, foi entendido que, nesta fase, não seria adequado prosseguir dessa forma. Assim, e dada a urgência, foi desencadeado um procedimento para contratação de uma empresa especializada. Informou que este processo provocou algum atraso, mas que, salvo imprevistos, a empresa iniciará os trabalhos a partir de 7 de maio.

Referiu que já existem várias zonas intervencionadas, como Vendas de Azeitão, Picheleiros e Chão Duro, e que o planeamento anual está definido, garantindo que todas as localidades serão abrangidas. Destacou o caso da Rua do Pinhão, onde moradores afirmaram não ter havido intervenção nos últimos três anos, e da zona da Salmoura, cuja deservagem está já programada.

No que respeita aos jardins, informou que uma equipa esteve recentemente em Pinhal em Negreiros, nomeadamente na Rua Poeta Calafate, e que foram identificadas necessidades de intervenção em vários espaços. Explicou que alguns sistemas de rega exigem apenas pequenas correções, enquanto outros requerem intervenções mais profundas. Garantiu que todos os sistemas estão a ser regularizados e que se prevê a conclusão dos trabalhos até ao final da próxima semana.

Concluiu referindo que, excluindo custos indiretos, as intervenções de manutenção dos espaços verdes representam já um investimento superior a 4.000 euros.

Não havendo mais interpelações, a Senhora Presidente da Assembleia informou que se iniciaria a análise, pela Assembleia, das Recomendações, Moções e Saudações, pela ordem de entrada nos serviços.

A eleita Carla Machado (CH) procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação - Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para prever mais ações de captura, esterilização e devolução de gatos de rua na nossa Freguesia, apresentada pela bancada do CH.**

(Recomendação apenas à ata)

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 11 votos a favor (3 por parte do Set-V, 4 por parte do PS, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 2 abstenções por parte da CDU.

Aprovada em minuta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

O eleito José Páscoa Figueira (CH) procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação - Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para a construção de instalações sanitárias públicas gratuitas no Azeitão Bacalhôa Parque I e II e Parque do Morango**, apresentada pela bancada do CH.

(Recomendação apensa à ata)

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 7 votos a favor (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 6 abstenções (4 por parte do PS e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta

O eleito António Ventura (CH) procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação - Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para a execução do troço de estrada colapsado, localizado na Rua Idelira Lourinhã Elias**, apresentada pela bancada do CH.

(Recomendação apensa à ata)

16

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 2 por parte da CDU) e 1 por parte da IL e 4 abstenções por parte do PS.

Aprovado em minuta

O eleito Duarte Tavares (PS) procedeu à leitura da seguinte Moção:

- ❖ **Moção 25 de Abril de 1974**, apresentada pela bancada do PS.

(Moção apensa à ata)

Interveio o eleito Aníbal Silva (IL)

No uso da palavra saudou todos os presentes e afirmou que a Iniciativa Liberal reconhece o 25 de Abril como o momento fundador da democracia portuguesa, valorizando profundamente o seu significado histórico. Considerou, contudo, que uma moção evocativa desta data deve assumir um carácter institucional e agregador, evitando leituras políticas ou ideológicas específicas. Defendeu que celebrar o 25 de Abril deve ser um exercício de memória comum e união, e não a afirmação de uma visão única sobre a sociedade. Por esse motivo, afirmou que a evocação da data deve manter-se centrada no seu significado histórico universal e partilhado por todos.

Assinalou que o seu sentido de voto seria desfavorável.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e concedeu novamente a palavra ao eleito Duarte Tavares (PS).

O eleito Duarte Tavares saudou o eleito da Iniciativa Liberal e lamentou que essa fosse a sua perceção relativamente à moção apresentada. Sublinhou que, vivendo-se em democracia, é natural e legítimo que existam divergências de opinião. Contudo, afirmou não identificar na moção qualquer elemento que pudesse dividir, defendendo que os valores nela expressos, a liberdade, a democracia e as garantias conquistadas com o 25 de Abril, são, por natureza, agregadores. Reforçou que respeita a diferença de posições, mas reiterou que a moção se centra em princípios universais.

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida moção.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V e 2 por parte da CDU) e 4 votos contra (3 por parte do CH e 1 por parte da IL)
Aprovada em minuta

O eleito João Vitorino Pinto (PS) procedeu à leitura da seguinte Moção:

- ❖ **Moção 1.º de Maio – Dia do Trabalhador**, apresentada pela bancada do PS.
(Moção apensa à ata)

17

Interveio o eleito Aníbal Silva (IL)

Informou que o seu sentido de voto seria desfavorável. Explicou que a Iniciativa Liberal reconhece a importância histórica do 1.º de Maio, mas considera que a moção apresentada ultrapassa a simples evocação da data. Referiu que o texto incorpora uma perspetiva política concreta sobre o mercado de trabalho, associando a celebração a uma visão ideológica específica.

Defendeu que uma moção desta natureza deveria ser mais abrangente e representativa de diferentes perspetivas sobre o trabalho. Para a Iniciativa Liberal, a valorização do trabalho passa igualmente pelo crescimento económico, pela criação de riqueza e pela liberdade de iniciativa, dimensões que, segundo afirmou, não se encontram refletidas na moção apresentada.

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida moção.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V, 2 por parte da CDU), 1 votos contra por parte da IL e 3 abstenções por parte do CH.
Aprovado em minuta

O eleito Diamantino Estanislau (CDU) procedeu à leitura da seguinte Saudação:

- ❖ **Saudação - 25 de Abril e 1º de Maio, 50 Anos da Constituição da República Portuguesa**, apresentada pela bancada da CDU.
(Saudação apensa à ata)



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Interveio o eleito Aníbal Silva (IL)

Afirmou que a Iniciativa Liberal tem uma visão diferente daquela expressa na saudação apresentada. Considerou que o 25 de Abril deve ser celebrado de forma plural, sem leituras exclusivas ou enquadramentos ideológicos únicos. Sublinhou que, para a Iniciativa Liberal, uma das maiores conquistas do 25 de Abril foi precisamente a possibilidade de debate livre entre diferentes forças políticas, legitimadas pelo voto e pela diversidade de ideias.

Recordou que, ao longo dos anos, a Iniciativa Liberal tem reafirmado o seu compromisso com esta data e com os valores da liberdade, mesmo quando existem divergências quanto à forma como o 25 de Abril é, por vezes, apropriado no espaço público. Por essa razão, declarou não acompanhar uma saudação que considera pouco abrangente e que, no seu entendimento, não reflete o espírito plural e aberto que associa ao legado do 25 de Abril.

Terminada a intervenção do eleito Aníbal Silva (IL), interveio o eleito António Ventura (CH).

No uso da palavra, começou por saudar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta, todos os eleitos da freguesia, o público presente e todos os que acompanhavam a sessão remotamente.

Informou que os eleitos do Chega votariam contra as moções apresentadas pelo Partido Socialista e pela CDU relativas ao 25 de Abril, esclarecendo que tal posição não resulta de falta de valorização do 25 de Abril de 1974, mas precisamente do contrário, do entendimento de que a data deve ser reconhecida na sua totalidade histórica e democrática. Considerou que as moções apresentadas procuram, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa apenas se consolidou plenamente com o 25 de Novembro de 1975.

18

Recordou que, após o 25 de Abril, Portugal viveu um período de grande instabilidade política e social, conhecido como o Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. Foi neste contexto, afirmou, que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de direito e das liberdades fundamentais. Ignorar o 25 de Novembro é, no seu entendimento, ignorar parte essencial da história democrática portuguesa e omitir o momento em que o país rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa.

Sublinhou que, para o Chega, o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária. Celebrar Abril é celebrar a liberdade, o pluralismo e a democracia, o que implica reconhecer todos os momentos que contribuíram para consolidar essas conquistas. Por isso, afirmou não acompanhar moções que, no seu entender, procuram dividir a memória histórica, omitir factos essenciais e transformar uma data nacional num instrumento político.

Concluiu afirmando que o 25 de Abril deve unir e não dividir, deve representar liberdade e não uma narrativa ideológica, devendo ser celebrado com verdade histórica. Terminou declarando: “Viva a liberdade, viva o 25 de Abril, viva o 25 de Novembro, viva Portugal”, reforçando que a sua bancada votaria desfavoravelmente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida saudação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V, 2 por parte da CDU) e 4 votos contra (3 por parte do CH e 1 por parte da IL)
Aprovado em minuta

O eleito Diamantino Estanislau (CDU) procedeu à leitura da seguinte Moção:

- ❖ **Moção - Pela reversão da privatização da AMARSUL e o resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal**, apresentada pela bancada da CDU.
(Moção apensa à ata)

Interveio a eleita Carla Machado (CH).

Iniciou a sua intervenção afirmando que a moção apresentada pela CDU é, na sua perspetiva, altamente ideológica, o que já seria expectável da bancada proponente da CDU. Considerou tratar-se de uma moção com um enquadramento quase histórico, referindo que parecia remeter para o período do PREC.

Afirmou que todos concordam que as taxas de resíduos deveriam ser mais baixas, uma vez que pagar menos é sempre benéfico para os munícipes e para os municípios. Recordou que a EGF foi privatizada durante o Governo de Pedro Passos Coelho e observou que a CDU exige agora que um Governo de direita, com maioria parlamentar, reverta essa privatização e devolva a gestão da AMARSUL à esfera pública. Assinalou, contudo, que a CDU participou anteriormente no Governo, através de acordos parlamentares, no período da denominada “geringonça”.

19

Referiu ainda que a precarização laboral numa empresa é matéria cuja fiscalização compete à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e não ao PCP, sublinhando que cabe à ACT verificar eventuais situações de precariedade. Aproveitou para deixar um repto, tendo em conta a proximidade do Dia do Trabalhador, para que todos os trabalhadores que se sintam em situação de precariedade apresentem denúncia ou queixa diretamente no site da ACT, entidade competente para avaliar o cumprimento das condições laborais nas empresas privadas.

Afirmou que o Chega é favorável ao aumento salarial e à defesa dos direitos dos trabalhadores, mas reiterou que a fiscalização dessas matérias cabe exclusivamente à ACT. Acrescentou ainda que, apesar das críticas frequentes da CDU aos governos do PSD, foi um Governo liderado por Durão Barroso que procedeu à compilação da legislação laboral, dando origem ao Código do Trabalho.

Terminada a intervenção da eleita Carla Machado (CH), interveio o eleito Rui Daniel Rosário (PS).

Declarou que a bancada do Partido Socialista acompanharia a recomendação apresentada pela CDU, pelo essencial do que nela é exposto.

Assinalou que o aumento das taxas incluídas na fatura da água tem tido um impacto significativo nos últimos anos, resultado do aumento exponencial das tarifas da AMARSUL após a sua privatização, ocorrida em 2015, processo ao qual o Partido Socialista se opôs na altura. Acrescentou que esta subida tem pressionado os municípios a repercutirem esses custos nos consumidores finais.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Considerou que esta escalada de preços, orientada para a obtenção de lucro por parte dos privados, se tornou insustentável, afetando sobretudo as componentes de saneamento e, em particular, a fatura dos resíduos, com impacto direto no orçamento das famílias.

Defendeu que é necessário encontrar soluções integradas para o tratamento dos resíduos e que os municípios devem ter uma palavra a dizer na forma como o sistema é gerido, de modo a mitigar os custos suportados pelos cidadãos.

Terminada a intervenção do eleito Rui Daniel Rosário (PS), interveio o eleito Aníbal Silva (IL).

Referiu que a gestão de resíduos é uma matéria essencial e que merece um debate sério sobre tarifas, investimento e qualidade do serviço. Contudo, considerou que a moção apresentada aborda o tema de forma excessivamente centrada numa única interpretação.

Sublinhou que a evolução dos custos e dos desafios no setor resulta de múltiplos fatores, incluindo exigências regulatórias e metas ambientais decorrentes de compromissos assumidos no âmbito da União Europeia, pelo que a análise não deve ser reduzida a uma oposição entre gestão pública e gestão privada.

Afirmou que, para a Iniciativa Liberal, o essencial é avaliar a eficiência do serviço, o cumprimento dos objetivos e a capacidade de resposta às necessidades das populações, independentemente do modelo de gestão adotado. Concluiu que a proposta apresentada assenta, no seu entendimento, mais numa opção ideológica do que numa solução suficientemente fundamentada para os problemas identificados.

20

Face às posições e declarações de voto expressas pelas bancadas que intervieram anteriormente, **tomou a palavra o eleito Diamantino Estanislau (CDU)**, assinalando que não previa usar da palavra, mas que, face às intervenções anteriores, considerava necessário esclarecer alguns pontos.

Questionou as bancadas que intervieram anteriormente sobre se concordavam com os aumentos que têm sido aplicados aos utentes e consumidores pelas Câmaras Municipais relativamente às taxas de resíduos, sublinhando que estes valores têm vindo a subir de forma exponencial.

Recordou que, após a privatização da AMARSUL, o custo do depósito em aterro aumentou cerca de 300%, o que, no seu entendimento, não pode ser ignorado. Observou que, apesar disso, muitas vezes se critica publicamente, inclusive nas redes sociais, as Câmaras Municipais pelos valores cobrados, quando estes resultam, em grande medida, das tarifas impostas pela empresa concessionária.

Referiu que, embora discorde dos argumentos apresentados num recente comunicado da Câmara Municipal, reconhece que também executivos anteriores se confrontaram com esta mesma situação desde a privatização da AMARSUL, em 2015. Defendeu que, quando uma empresa é privatizada, o objetivo passa naturalmente a ser a obtenção de lucro para os acionistas, ao contrário do que acontecia anteriormente, quando os resultados da AMARSUL eram distribuídos pelos municípios do distrito de Setúbal.

Acrescentou que os lucros atualmente obtidos pela EGF, empresa detentora da AMARSUL, são significativos, não apenas nesta concessão, mas também noutras unidades, incluindo a que opera a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

incineração na área de Lisboa. Considerou, por isso, que a situação é preocupante e que as cobranças aplicadas aos municípios constituem um verdadeiro escândalo.

Concluiu afirmando que compreende que a Iniciativa Liberal e o Chega defendam posições favoráveis à gestão privada, por coerência ideológica, mas que a realidade vivida no distrito de Setúbal, e no país, demonstra a gravidade dos impactos tarifários resultantes da privatização.

Prosseguindo a sua intervenção, o eleito Diamantino Estanislau acrescentou que, no espaço de poucos anos, as taxas aumentaram cerca de 300%, e que tudo indica que continuarão a aumentar, uma vez que, não havendo lucro, as tarifas são novamente agravadas. Considerou que esta situação coloca as Câmaras Municipais em grande dificuldade financeira e que, em última instância, são os consumidores que suportam estes custos através da fatura da água. Referiu que, neste mês, muitos munícipes já sentiram esse impacto e têm manifestado o seu descontentamento, com razão.

Afirmou discordar da forma como a Câmara Municipal encontrou uma solução para assegurar o pagamento destes encargos, recordando que, anteriormente, o município assumia parte dos custos para não penalizar os munícipes. Reconheceu que o atual Executivo adotou outro entendimento, mas sublinhou que, independentemente disso, os cidadãos estão a pagar uma fatura que, no seu entender, não deveriam suportar, dado que a EGF está a aplicar valores excessivos nas taxas de deposição em aterro.

21

Alertou ainda para outro problema, designadamente a saturação dos aterros existentes. Referiu que quem vive na zona da Moita conhece bem a situação, tal como quem reside no concelho do Seixal, onde o aterro enfrenta igualmente limitações. Informou que o aterro do Seixal deverá encerrar em 2028 e que o da Moita se encontra próximo do limite da sua capacidade, não existindo, até ao momento, solução alternativa definida.

Sublinhou que não foi construída qualquer nova unidade de incineração na Margem Sul e que a Valorsul está a proceder à queima dos resíduos provenientes da zona norte do Tejo. Acrescentou que, atualmente, já estão a ser transportados resíduos do concelho de Setúbal para a Valorsul, o que, no seu entendimento, evidencia a gravidade da situação e a ausência de respostas estruturadas para o futuro.

Terminada a intervenção do eleito Diamantino Estanislau (CDU), interveio o eleito David Marques (SET-V).

Usando da palavra, o eleito David Marques (SET-V) começou por saudar a Senhora Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes, referindo que pretendia apenas deixar uma nota relativamente à intervenção anterior do eleito Diamantino Estanislau, esclarecendo que a sua bancada acompanharia a recomendação e votaria favoravelmente.

Contudo, considerou necessário corrigir uma afirmação feita sobre as faturas atualmente recebidas pelos munícipes. Explicou que estas são, de facto, mais caras porque, neste momento, está a ser cumprida a lei.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Acrescentou que não é correto afirmar que anteriormente a Câmara assumia esses custos, uma vez que tal não corresponde à realidade, a Câmara não pagou à AMARSUL, e a dívida permanece por liquidar.

Sublinhou que, se a opção fosse continuar a não pagar, também agora não seria necessário aumentar taxas. No entanto, afirmou, o atual Executivo Camarário decidiu, bem ou mal, proceder ao pagamento à AMARSUL, mesmo não concordando com a situação que está a ocorrer.

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida moção.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V, 2 por parte da CDU) e 4 votos contra (3 por parte do CH e 1 por parte da IL)

Aprovado em minuta

O eleito Aníbal Silva (IL) procedeu à leitura da seguinte Saudação:

❖ **Saudação - Programa "Arrábida Saudável",** apresentada pela bancada da IL.

(Saudação apensa à ata)

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida saudação.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

O eleito Aníbal Silva (IL) procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

❖ **Recomendação - Redução de Verbas no Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Setúbal,** apresentada pela bancada da IL.

(Recomendação apensa à ata)

Interveio o eleito Hercílio Ferreira (CDU).

No uso da palavra, questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre se o protocolo em causa havia sido objeto de negociação e qual a redução, em termos percentuais e em termos de euros, que a freguesia já deixou de receber ou se encontra em risco iminente de deixar de receber. Informou que não dispunha desses valores, motivo pelo qual solicitou esclarecimento nesse sentido.

Acrescentou que, no seu entendimento, a recomendação apresentada faz todo o sentido, uma vez que é visível que a freguesia se encontra em constante desenvolvimento, assistindo-se a um aumento da construção e à redução de áreas de arvoredo e zonas verdes, que estão a ser ocupadas por novas urbanizações. Sublinhou que, paralelamente, existem cada vez mais espaços verdes e áreas urbanizadas a carecer de limpeza e manutenção, bem como dificuldades na contratação de trabalhadores.

Questionou ainda se o Senhor Presidente da Junta, no âmbito da negociação com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, exerceu a necessária capacidade reivindicativa e apresentou argumentos em



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

defesa da freguesia, designadamente os relacionados com o seu crescimento e com o aumento das responsabilidades ao nível da manutenção do espaço público. Considerou que, perante este contexto, não faz sentido uma redução das verbas protocoladas e que, a confirmar-se essa diminuição, deveria ser esclarecido qual o montante exato da redução, em percentagem e em euros, observando que, na sua perspetiva, o movimento deveria ser inverso, com reforço, e não diminuição, dos meios atribuídos à freguesia.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta agradeceu a intervenção e esclareceu que aguardava a oportunidade de abordar este assunto aquando da discussão das transferências e das competências delegadas pela Câmara Municipal de Setúbal na Junta de Freguesia. Informou que o protocolo foi, de facto, objeto de negociação e que a sua vinda a discussão resulta de um processo de acerto de contas entre as partes.

Adiantou que todas as reivindicações apresentadas pela Junta tiveram como objetivo reduzir custos que se tornavam insustentáveis. Exemplificou com a recolha de monos, referindo que, atualmente, a Junta já não assegura esse serviço. A única volta que ainda estava sob responsabilidade da Junta, deixada pelo Executivo anterior, correspondia à zona mais distante (Casais da Serra e Portinho da Arrábida), representando um encargo significativo, nomeadamente em combustível, que ascendia a cerca de 400 euros por semana com o camião da Junta. Esse foi um dos pontos retirados no âmbito da negociação.

23

Acrescentou que houve igualmente reforços noutros aspetos, nomeadamente na atualização do valor da unidade de trabalho, que sofreu um aumento considerado significativo. Assim, entre os pontos retirados e os valores reforçados, considerou que foi alcançado um equilíbrio. Informou que a redução global rondou os 100 mil euros, valor que, segundo explicou, é compensado por outras descentralizações acordadas com a Câmara Municipal de Setúbal, embora não constem formalmente do protocolo.

Esclareceu que existem parcerias estabelecidas com a Câmara relativamente ao mercado mensal, ao mercado municipal de Azeitão e aos cemitérios, áreas em que a Junta assegura a gestão e recebe as respetivas receitas. Estimou que estas receitas indiretas ascendem a cerca de 300 mil euros.

Reconheceu que, apesar de tudo, os recursos são sempre insuficientes e que quanto mais verbas forem atribuídas, melhor. Sublinhou que a Junta apresentou as suas propostas e argumentos, e que a Câmara aceitou todas as descentralizações que considerou adequadas à proximidade da Junta. Outras não foram aceites, tendo sido explicado que a Câmara enfrenta igualmente necessidades de reequilíbrio financeiro.

Referiu que desconhece em detalhe o estado atual das contas da Câmara, mas que, dentro do que foi possível alcançar, o resultado foi positivo. Assinalou, contudo, que a única questão que continua a considerar insuficiente, e que já havia frisado na Assembleia Municipal, é a verba destinada à manutenção das escolas básicas e do Jardim de Infância n.º 23, que permanece nos cerca de 72 mil euros, valor que considera curto para as necessidades existentes.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Acrescentou que existe, ainda assim, um compromisso da Câmara Municipal de apoiar a Junta em obras de maior dimensão e custo, uma vez que o edificado é propriedade municipal e, caso a Junta não tenha capacidade financeira, caberá à Câmara assegurar a intervenção necessária.

Concluiu referindo que, oportunamente, haverá oportunidade para discutir com maior detalhe as transferências e competências delegadas.

Pediu para intervir o eleito David Marques (SET-V), que esclareceu que não pretendia interromper a discussão mais alargada que o Senhor Presidente da Junta anunciara para momento posterior. Referiu que pretendia apenas confirmar se havia compreendido corretamente a explicação prestada.

Nesse sentido, afirmou que, do que foi exposto, resulta que não houve propriamente uma redução de verbas sem contrapartida, mas sim uma redução das responsabilidades atribuídas à Junta, o que implica igualmente uma redução de custos. Sublinhou que desejava apenas deixar esse ponto claro.

Concluiu referindo que, por esse motivo, a sua bancada não poderia acompanhar a recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal, por considerar que a mesma não está precisa nos seus termos.

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 10 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do CH, 2 por parte da CDU e 1 por parte da IL) e 3 votos contra por parte do Set-V.

Aprovado em minuta

24

O eleito Nelson Santos (SET-V) procedeu à leitura da seguinte Saudação:

❖ **Saudação 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador**, apresentada pela bancada SET-V.
(Saudação *apensa à ata*)

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida saudação.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

Não havendo mais intervenções ou questões, a Senhora Presidente da mesa da Assembleia deu início ao período da ordem do dia.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

III - Período da Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da junta e da situação financeira da freguesia

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia agradeceu e começou por referir que, na sequência de um pedido apresentado na última Assembleia pela bancada do SET-V, foi preparado um documento mais simples e ilustrativo, procurando tornar mais clara a atividade da Junta. Sublinhou que o objetivo é facilitar a leitura e a transparência, estando sempre disponíveis para receber sugestões de melhoria.

Referiu que, para além dos elementos constantes do documento distribuído, existiam outros assuntos em curso que considerava importante destacar. Começou pela manutenção das escolas, área pela qual assumiu responsabilidade direta desde o início do mandato. Informou que, no momento, não existem pequenas manutenções pendentes que dependam exclusivamente da Junta, estando apenas por resolver situações que exigem intervenção da Câmara Municipal de Setúbal.

Deu nota de um problema antigo na Escola da Brejoeira, relativo aos sanitários da pré-escola, onde apenas um dos oito sanitários se encontra funcional para 96 crianças. Informou que aguarda a apresentação de um projeto por parte da Câmara Municipal, sendo intenção da Junta assumir os custos necessários para resolver definitivamente a situação. Recordou ainda que a Junta investiu recentemente cerca de 6.500 euros na substituição de duas portas de emergência naquela escola, solução mais eficaz e económica do que as reparações constantes que vinham sendo realizadas.

Prosseguiu informando que se encontram em desenvolvimento, em articulação com a Câmara Municipal, diversos projetos de requalificação de jardins e espaços públicos, alguns já concluídos e outros em fase de orçamentação. Destacou a necessidade de intervenção no Jardim das Vendas da Cooperativa e na Rua Henrique Barros, na sequência da remoção de pinheiros, sublinhando a importância de devolver qualidade e sombra àquele espaço.

Reportou igualmente a realização, na passada segunda-feira, da hasta pública do quiosque do Parque da Bacalhôa I, referindo que o processo foi moroso e exigiu decisões difíceis, atendendo à situação herdada do mandato anterior. Esclareceu que a licitação teve início no valor base de 30.000 euros e terminou nos 50.000 euros, para um período de exploração de 10 anos, renovável por mais 5. Informou ainda que, caso o procedimento decorra dentro da normalidade, se prevê que o quiosque possa voltar a funcionar no prazo aproximado de um a um mês e meio, agradecendo a todos os participantes na hasta pública pelo empenho demonstrado e pelo contributo para a dinamização daquele jardim.

Relativamente ao cemitério, informou que, durante mais de dois anos, correspondendo ao mandato anterior, não foi realizada qualquer exumação, o que originou um atraso significativo.

Referiu que a Junta já procedeu à calendarização das intervenções e que os trabalhos terão início no início do mês de junho, prevendo-se a realização de cerca de 60 exumações numa primeira fase, num universo aproximado de 200 que se encontram por executar.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Sublinhou que esta situação exige intervenção urgente, não só pelo respeito devido às famílias, mas também pelo cumprimento das obrigações legais e dos procedimentos definidos pelas entidades competentes, incluindo a Proteção Civil, a quem a Junta deve comunicar, trimestralmente, a disponibilidade de sepulturas.

Esclareceu que a gestão dos cemitérios é mais complexa do que muitas vezes se imagina, devido às regras aplicáveis e à necessidade de garantir a rotatividade dos espaços. Informou que o plano de exumações se prolongará ao longo de todo o ano, prevendo-se a realização de uma média de seis exumações por semana, três no Cemitério de Vendas de Azeitão e três no de Vila Nogueira, trabalho que descreveu como exigente e que implicará um acompanhamento próximo dos trabalhadores afetos a esta tarefa.

Acrescentou que existem sepulturas com mais de 30 anos de ocupação, cuja intervenção já se impunha há muito tempo, e reiterou que a Junta está empenhada em resolver esta situação de forma responsável e célere, apesar do esforço operacional e financeiro que representa.

No que respeita aos recursos humanos, informou que a Junta dispõe atualmente de 51 trabalhadores no ativo, encontrando-se sete em baixa prolongada e prevendo-se a saída de um trabalhador por mobilidade no início de maio. Explicou que esta redução tem impacto direto na capacidade de intervenção da Junta. Indicou que serão abertos concursos para sete assistentes operacionais (três jardineiros, três cantoneiros e um motorista de pesados ou de máquinas especiais), mantendo-se ainda duas vagas para mobilidade, com vista ao reforço da equipa.

26

Referiu que o processo de contratação da varredora mecânica se encontra em fase final, prevendo-se que o equipamento esteja plenamente operacional dentro de duas a três semanas, o que permitirá reforçar de forma significativa a higiene urbana na freguesia.

Informou também que terá início a reabilitação de três elementos escultóricos, o Cacho de Uvas, o Morango e o Autocarro, com um investimento total de 12.500 euros, a executar pela empresa que originalmente produziu as peças, iniciando-se os trabalhos, no dia de amanhã, pelo Cacho de Uvas, dando nota de que, há dois anos, a reabilitação do Autocarro teve um custo de 14.000 euros, valor superior ao montante agora previsto para a recuperação dos três elementos.

Informou ainda que, na próxima semana, no dia 7, terá início a intervenção da empresa contratada para os trabalhos de deservagem, explicando que o procedimento demorou mais do que o previsto devido à reduzida adesão das empresas convidadas. Referiu que, apesar de terem sido endereçados convites a quatro entidades, apenas uma apresentou proposta, situação que quase levou o procedimento a ficar deserto. Assinalou que este risco é cada vez mais frequente, dado que muitas empresas demonstram pouca disponibilidade para trabalhar com o setor público, possivelmente devido a experiências relacionadas com prazos de pagamento, embora tenha sublinhado que tal não se verifica na Junta de Freguesia, que se encontra financeiramente estável e com capacidade para executar diversos investimentos.

Acrescentou que, à medida que os projetos forem concluídos e apresentados, a Junta avançará com as respetivas obras.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Concluiu reiterando o compromisso da Junta com a transparência, a proximidade e o trabalho contínuo em prol da freguesia, colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Interveio o eleito Nelson Santos (Set-V), começando por deixar uma palavra de agradecimento ao Executivo por ter acolhido a sugestão anteriormente apresentada. Referiu que é sempre positivo ver esse esforço reforçado, uma vez que o pedido tinha como objetivo melhorar a compreensão das intervenções realizadas pela Junta.

Explicou que a sugestão pretendia, sobretudo, permitir um maior nível de detalhe sobre cada intervenção, nomeadamente perceber se se tratou de uma ação pontual ou contínua, qual a natureza concreta do trabalho efetuado e ter uma caracterização mais definida das operações. Acrescentou que seria igualmente importante conhecer os resultados dessas ações, defendendo a existência de métricas que permitam relacionar o número de intervenções com os respetivos efeitos, uma vez que nem sempre o esforço despendido corresponde ao impacto obtido.

Recordou ainda outra sugestão já anteriormente discutida, relativa à disponibilização desta informação no site da Junta, designadamente através da identificação das ruas intervencionadas e da criação de um calendário acessível a todos os fregueses. Considerou que esta partilha pública permitiria desmaterializar a informação e evidenciar de forma mais clara o trabalho desenvolvido.

27

Terminada a intervenção do eleito Nelson Santos (SET-V), interveio o Vogal da Junta de Freguesia, Gil Raposo.

Referiu que compreendia o pedido apresentado e que a Junta está disponível para prestar qualquer informação necessária, no âmbito do direito à informação. Explicou, contudo, que muitas vezes isso implica um reforço administrativo, dada a quantidade de dados envolvidos.

Referiu que, por exemplo, no caso da deservagem, existem já mais de duas centenas de arruamentos intervencionados, informação que está devidamente registada. Sublinhou que, tal como os fregueses conhecem o estado das suas ruas, também a Junta sabe o que já foi feito e o que ainda falta fazer.

Esclareceu que, quando se fala de intervenções na higiene urbana, estas abrangem varredura, limpeza de lancis, passeios e demais competências atribuídas à Junta. Recordou que, por força da legislação, a competência da Junta vai apenas até ao nível dos arbustos, não incluindo a poda de árvores, exceto no caso das oliveiras existentes em jardins e espaços jardins.

Referiu ainda que, no passado, existiam situações em que, perante uma ocorrência registada numa rua, apenas era intervencionado o lote indicado, o que considerou inadmissível. Explicou que, atualmente, sempre que existe uma ocorrência, a intervenção é feita em toda a rua, de uma ponta à outra. Acrescentou que, noutros casos, quando se identifica que um loteamento se encontra em pior estado, é feita uma intervenção global em todo o loteamento, e não apenas em pontos isolados.

Sublinhou que a Junta tem plena consciência do que já foi executado e do que ainda falta fazer, reconhecendo que fatores como intempéries e outras ocorrências condicionam o ritmo dos trabalhos.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Concluiu afirmando que, apesar das dificuldades, a Junta está empenhada e confiante de que o trabalho continuará a avançar com sucesso.

Terminada a intervenção do Vogal da Junta de Freguesia, Gil Raposo, interveio o eleito Rui Daniel Rosário (PS).

Iniciou por referir que não pretendia alongar-se, mas que gostaria de deixar uma nota. Apreciou a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Junta, reconhecendo que, em relativamente pouco tempo, a atividade da Junta tem sido, por força dos fenómenos atmosféricos conhecidos, mais reativa do que planeada.

Assinalou, contudo, uma iniciativa que lhe pareceu particularmente interessante, nomeadamente a feira de antiguidades recentemente iniciada, julga que em Vendas de Azeitão. Manifestou interesse em conhecer o feedback dessa iniciativa, nomeadamente qual tem sido a receptividade do público e se existe intenção de a manter.

Questionou ainda de que forma esta nova feira se articula com a outra feira já existente, considerando que também aí poderia haver melhorias, sobretudo no que respeita à receptividade das pessoas que a frequentam. Perguntou se existe algo pensado nesse sentido e como ambas as feiras poderão coexistir e complementar-se.

28

Terminada a intervenção do eleito Rui Daniel Rosário (PS), interveio o eleito Nelson Santos (SET-V).

Referiu que a sua intervenção surgia na sequência da resposta do Vogal Gil Raposo. Esclareceu que aquilo a que se referia anteriormente dizia sobretudo respeito à informação sobre intervenções futuras, ou seja, ao planeamento do que a Junta identifica como prioritário e ao formato em que esse planeamento poderia ser apresentado.

Explicou que o objetivo seria implementar um agendamento estruturado, com critérios e metodologia definidos, evitando a tendência, por vezes inevitável, de funcionar em modo de “apagar fogos”. Considerou que, com um planeamento visível, as pessoas poderiam saber que a sua rua não seria intervencionada naquele dia, mas talvez na semana seguinte, e que o cumprimento desses prazos transmitiria maior tranquilidade e previsibilidade aos fregueses.

Concluiu afirmando que era essencialmente isso que pretendia referir.

Retomou a palavra o Vogal Gil Raposo, referindo que responderia às duas questões colocadas. Esclareceu que a Junta não tem uma posição rígida sobre estas matérias e que, sempre que se verificar necessidade de melhorar ou rever procedimentos, estará disponível para o fazer. No entanto, explicou que, no terreno, a experiência mostra que, devido a necessidades que surgem de forma pouco previsível, nem sempre é possível manter um planeamento fixo a médio e longo prazo. Referiu que, quando se cria uma expectativa e depois é necessário alterar a intervenção por motivos urgentes, isso tende a ser mal recebido.

Acrescentou que, quando as equipas se deslocam a um loteamento, os moradores vão questionando e a Junta vai dando estimativas, mas pode sempre surgir algo de última hora que obrigue a mudar prioridades. Sublinhou que, por isso, um planeamento demasiado rígido pode acabar por gerar mais



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

frustração do que tranquilidade. Ainda assim, reiterou a disponibilidade para refletir sobre o assunto, caso se entenda que o modelo atual não funciona.

Esclareceu que, atualmente, sempre que a Junta vai intervir numa rua ou loteamento, é feita uma identificação prévia com 24 horas de antecedência, informando os moradores da intervenção. Referiu que este procedimento tem sido muito útil, sobretudo quando existem associações ou grupos de moradores organizados, que ajudam a divulgar a informação. Deu como exemplo o caso de Pinhal de Negreiros, onde, em articulação com uma associação local, foi possível informar previamente quais as ruas a intervencionar, tendo a própria associação ajudado a moderar e orientar os moradores. Reforçou que, apesar de existir planeamento, podem surgir situações que obrigam a redirecionar esforços, mas que a Junta está sempre disponível para rever procedimentos, caso se considere necessário.

Passou depois a responder à questão relativa à Feira de Velharias, enquadrando-a também na reflexão sobre o que pode ser feito para apoiar os comerciantes, operadores económicos e artesãos da freguesia. Explicou que, atualmente, existe o mercado mensal no primeiro domingo do mês e, no segundo domingo, a feira de velharias e artesanato no Rossio. A Junta vinha sentindo, no terreno, a necessidade de levar este tipo de iniciativas também a outras localidades, e por isso decidiu experimentar uma edição em Vendas de Azeitão, no Parque da Cooperativa.

Informou que já se realizaram duas edições, a primeira correu muito bem, com grande adesão, ao ponto de os operadores pedirem que a feira passasse a ser mensal, quando inicialmente estava previsto que fosse trimestral. A segunda edição teve uma adesão um pouco menor, possivelmente por já não ser novidade. Referiu que cabe agora à Junta encontrar medidas corretivas, reforçar a divulgação e introduzir dinâmicas adicionais, como música ou atividades culturais, algo que já tem sido implementado noutros eventos e tem funcionado bem.

Concluiu afirmando que a Junta continuará a experimentar e a ajustar o modelo, estando sempre disponível para acolher contributos.

Interveio novamente o Senhor Presidente da Junta, começando por agradecer e referindo que se tinha esquecido de transmitir uma informação. Comunicou que será lançado, para consulta pública, o Orçamento Participativo Jovem, iniciativa há muito prometida aos jovens da freguesia. Explicou que o documento ficará disponível para recolha de contributos e que, posteriormente, será apresentado também em Sede de Assembleia, permitindo que todos, incluindo os eleitos, possam dar sugestões. Sublinhou que os jovens estão muito interessados em participar na vida ativa da freguesia.

Acrescentou, depois, que o Vogal Gil Raposo não tinha referido um ponto relacionado com a limpeza e deservagem, mas que considerava importante partilhar. Explicou que esta é uma opinião que já existe há muito tempo entre ambos, enquanto membros mais próximos do trabalho operacional, e que tem vindo a ser partilhada com os restantes membros do Executivo.

Informou que, de 15 em 15 dias, a Junta, juntamente com os encarregados, pessoal que mais se encontra no terreno, irá escolher uma zona específica da freguesia para realizar uma intervenção



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

conjunta e concentrada, abrangendo manutenção, deservagem, jardins e todas as áreas operacionais da Junta. Nesse dia, toda a equipa ficará sediada apenas nessa zona, para garantir uma intervenção completa.

Justificou esta metodologia com o facto de a freguesia ter cada vez mais jardins, bancos, baloiços, passeios e, naturalmente, mais ervas, o que exige uma reorganização do trabalho. Referiu que esta experiência já foi testada na Brejoeira, onde, num só dia, foi possível realizar um trabalho notável.

Agradeceu publicamente aos trabalhadores da Junta pela dedicação demonstrada. Contudo, observou que, apesar do trabalho da Junta ter ficado muito bonito, subsistiam problemas em áreas que não são da sua competência, como uma vala pertencente à Câmara Municipal de Setúbal e aos Serviços Municipalizados, onde a erva ultrapassava os três metros de altura.

Explicou que, por essa razão, a Junta pretende agora convidar a Câmara Municipal de Setúbal a participar nestas ações conjuntas, de forma a que, no mesmo dia, tudo o que for da competência da Câmara também seja resolvido, permitindo que a zona fique totalmente intervencionada.

Referiu ainda que, apesar de existir planeamento, há situações que obrigam a alterar prioridades, como ruturas ou outras ocorrências urgentes. Deu como exemplo o facto de, por vezes, perguntar ao Vogal Gil Raposo qual seria a zona do dia, e este ter de ajustar a escolha devido à disponibilidade das equipas, por exemplo, quando um trabalhador falta por doença e é necessário optar por uma zona que exija menos mão de obra.

30

Concluiu afirmando que este trabalho está a ser preparado e que já pediu ao Vogal Gil Raposo para começar a divulgar estas ações o mais rapidamente possível. Reconheceu, contudo, que o Vogal tem tido dificuldade em fixar datas devido às constantes alterações operacionais. Ainda assim, reiterou que a Junta defende que quanto mais divulgação e transparência houver, melhor para todos, e é isso que pretendem garantir.

Pediu novamente a palavra o Vogal Gil Raposo, referindo que, já que o tema estava a ser abordado, gostaria de acrescentar uma nota.

Explicou que a Junta irá continuar a recorrer, tanto quanto possível, às redes sociais e à página oficial para divulgar informação sobre as intervenções, mas quis reforçar um ponto de forma diferente.

Sublinhou que, quando as equipas se deslocam a determinados loteamentos, é muito importante que exista participação e apoio por parte dos moradores. Recordou que, como tinha referido anteriormente, quando a Junta informa previamente e os moradores colaboram retirando os veículos das ruas, a intervenção decorre de forma muito mais célere. Pelo contrário, quando permanecem veículos estacionados, a higienização fica comprometida, a rua não pode ser totalmente intervencionada e isso gera atrasos que obrigam a regressar mais tarde, comprometendo também a entrada em novos arruamentos.

Referiu que, por isso, poderá ser útil reforçar a comunicação a curto prazo, não tanto com planeamentos de médio ou longo prazo, mas com avisos mais frequentes quando se prevê intervir num loteamento dentro de uma semana, por exemplo. Contudo, insistiu na importância da colaboração dos moradores, lembrando que houve loteamentos onde, apesar dos avisos feitos na página da Junta e nas redes sociais, os veículos não foram retirados, o que atrasou significativamente os trabalhos.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Concluiu apelando à participação cívica dos fregueses, sublinhando que a falta de colaboração não afeta apenas a operacionalidade da Junta, mas também o cumprimento das intervenções previstas noutras ruas.

Não havendo mais questões ou intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Senhora Presidente da Assembleia deu início ao segundo ponto da Ordem do Dia.

2. Prestação de contas relativas ao ano de 2025

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta referiu que, à semelhança do que já tinha dito, o documento foi apresentado a todas as bancadas, querendo ainda salvaguardar dois pontos. Começou por agradecer ao Dr. Nuno Rocha, que acompanha as contas da Junta, destacando a sua presença e disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos necessários. Afirmou que o Dr. Nuno é quem melhor poderá responder a todas as questões de natureza técnica que venham a ser colocadas.

Prosseguiu referindo que esta prestação de contas, no que toca ao atual Executivo, diz respeito aos últimos dois meses do ano de 2025, período em que o atual Executivo iniciou funções. Sublinhou que, durante esses dois meses, tudo o que havia sido assumido pelo Executivo anterior foi integralmente cumprido, não tendo ficado qualquer pagamento por regularizar.

31

Acrescentou, contudo, que existe uma situação por esclarecer com a Câmara Municipal de Setúbal, relacionada com deliberações tomadas em 2023, no âmbito do Protocolo de Transferência de Competências. Explicou que, apesar dos ajustamentos de verbas aprovados em várias instâncias, Reunião de Câmara, Assembleia Municipal, Executivo da Junta e Assembleia de Freguesia, subsistem duas faturas por liquidar, num valor aproximado de 293.529,00 euros. Indicou que uma dessas faturas foi emitida em 2024, relativa ao ano de 2023, e a outra já no início do atual mandato, seguindo o mesmo procedimento adotado anteriormente.

O Senhor Presidente afirmou que não podia deixar de assinalar esta situação, sublinhando que um montante desta dimensão tem impacto significativo na tesouraria da Junta. Informou que solicitou várias vezes esclarecimentos à Câmara Municipal de Setúbal sobre o motivo da falta de pagamento e sobre o que seria decidido. Referiu que recebeu resposta indicando que o Executivo municipal se encontrava a esclarecer o enquadramento das deliberações aprovadas, por considerarem que alguns documentos suscitavam dúvidas. A Câmara informou ainda que, após clarificação, avaliaria as condições em que as verbas foram atribuídas e, caso fosse necessário resolver a situação financeira com a Junta, estaria disponível para o fazer.

O Senhor Presidente sublinhou que esta questão precisava de ser registada, por uma questão de transparência e de salvaguarda do Executivo da Junta, uma vez que o processo não foi iniciado por este Executivo, que apenas lhe deu continuidade e está disponível para assumir as suas responsabilidades.



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Concluiu referindo que, caso houvesse questões de natureza mais técnica, o Dr. Nuno Rocha poderia prestar esclarecimentos adicionais.

Pediu para intervir o eleito Hercílio Ferreira (CDU).

Referiu que tinha na sua posse a declaração de responsabilidade final do exercício. Afirmou que o documento em apreço demonstra bem a transparência do anterior Executivo na prestação de contas à Assembleia e ao povo de Azeitão.

Disse que qualquer pessoa que leia o documento pode verificar que não foi omitido qualquer elemento ou informação relevante com impacto na contabilidade ou na situação fiscal, designadamente no que respeita às prestações de contas apresentadas aquando da saída do anterior Executivo. Sublinhou que, do ponto de vista do conteúdo, não existem dúvidas quanto à forma como as contas foram apresentadas.

Acrescentou que, embora o Senhor Presidente da Junta e o Executivo atual possam ter questões ou interpretações próprias, sobre as quais disse não ter conhecimento, a leitura do documento indica que o anterior Executivo, liderado pela CDU, realizou um mandato com uma prestação de contas isenta e clara, sem qualquer dúvida a levantar relativamente às contas apresentadas.

Terminada a intervenção do eleito Hercílio Ferreira (CDU), interveio o eleito Rui Daniel Rosário (PS).

Referiu que queria apenas deixar uma nota a este propósito. Recordou que o Partido Socialista votou contra o orçamento apresentado pelo anterior Executivo para o ano de 2025, por discordar das prioridades nele inscritas e por não terem sido consideradas as propostas apresentadas pelos eleitos do PS em sede própria.

32

Acrescentou, contudo, que o PS vota agora favoravelmente a aprovação das contas, uma vez que estas obtiveram parecer de conformidade técnica, legal e documental por parte do auditor ROC, e porque o PS entende que o anterior Executivo, apesar da discordância política existente, agiu de boa-fé. Sublinhou que esta posição não deve, de forma alguma, ser confundida com um aplauso político.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta "Prestação de contas relativas ao ano de 2025".

Submetida a votação foi a mesma votada favoravelmente por maioria com 6 votos a favor (4 por parte do PS e 2 por parte da CDU) e 7 abstenções (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL. Votado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao terceiro ponto da Ordem do Dia.

3. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, referente a 2025

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Junta referiu que, relativamente ao inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais referente ao ano de 2025, afirmou que toda a informação está acessível a todos. Explicou que este documento resulta da continuidade do trabalho desenvolvido ao



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

longo dos anos, sendo natural que alguns bens se tornem obsoletos e sejam retirados, procedendo-se assim às atualizações necessárias.

Acrescentou que, caso existam dúvidas, não as poderia esclarecer de imediato naquele momento, mas que teria todo o gosto em responder posteriormente a qualquer questão que lhe fosse colocada.

Pediu para intervir o eleito Diamantino Estanislau (CDU).

Mencionou que tinha uma questão por curiosidade, relacionada com o inventário e, em particular, com as amortizações. Disse que não compreendia por que motivo as ruas de Azeitão, nomeadamente as placas toponímicas, constavam no inventário da Junta de Freguesia, quando essa é uma competência da Câmara Municipal.

Assinalou que o documento apresenta uma listagem com centenas de placas, incluindo algumas identificadas como por colocar, com registos que remontam a 2004, 2005 e 2006. Considerou estranho que estes elementos integrem o inventário patrimonial da Junta, uma vez que, no seu entendimento, se tratam de equipamentos pertencentes à Câmara Municipal de Setúbal.

Concluiu afirmando que pretendia apenas perceber o motivo dessa inclusão.

O Senhor Presidente da Junta respondeu esclarecendo que as placas toponímicas constam do inventário da Junta porque são fornecidas pela Câmara Municipal de Setúbal, sendo a Junta o fiel depositário das mesmas até à sua colocação nos respetivos locais. Explicou que, sempre que a Câmara entrega as placas, é assinado um documento que formaliza essa responsabilidade.

33

Referiu que, se algumas placas constam no inventário desde 2004, tal significa que existem fisicamente e que se encontram na posse da Junta de Freguesia. Informou que, atualmente, existem cerca de 32 placas em armazém, uma vez que semanalmente são colocadas, em média, cerca de 10. Além das substituições por danos, está também a ser feita uma reformulação dos marcos onde as placas são fixadas, o que aumenta a necessidade de material.

Acrescentou que a Junta tem solicitado placas à Câmara com alguma regularidade, mas que a produção é manual e demorada, pelo que, por vezes, a Câmara entrega apenas 12 de cada vez, apesar de a Junta conseguir instalar 5 ou 6 num único dia.

Esclareceu ainda que, à medida que as placas vão sendo colocadas, a Junta dá baixa das mesmas através da respetiva folha de ordem de trabalhos, sendo depois retiradas do inventário. No entanto, entram também novas placas, que ficam automaticamente registadas.

Relativamente às placas mais antigas, referiu que confirmará no inventário físico existente no armazém da Junta, no armazém do Choilo, mas que está convicto de que se encontram lá. Explicou ainda que, por vezes, a Câmara envia placas em duplicado, sendo colocada uma e ficando a outra em reserva.

Interveio o eleito Nelson Santos (SET-V).

Disse que gostaria de deixar uma segunda nota. Reconheceu as contingências, sobretudo de natureza financeira, mas salientou que o documento evidencia que uma parte significativa dos bens da Junta já se encontra totalmente amortizada. Considerou que este facto, embora relevante, levanta uma



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

questão fundamental, nomeadamente a possibilidade de a Junta estar a trabalhar com equipamentos envelhecidos e ativos com desgaste significativo, o que pode comprometer a capacidade de resposta na resolução de problemas.

Sublinhou que, caso tal se verifique, o impacto é particularmente relevante nas áreas onde os problemas no terreno são mais evidentes, como a limpeza urbana, manutenção, intervenção e gestão do espaço público.

Acrescentou ainda que os valores apresentados no inventário têm uma forte componente contabilística, mas que seria igualmente importante dispor de uma avaliação do valor real dos bens, nomeadamente do seu estado físico. Observou que alguns bens, devido ao seu grau de degradação, podem representar mais um passivo do que um ativo, o que impede que o documento ofereça uma fotografia totalmente fiel do património da freguesia.

Defendeu que a boa gestão patrimonial implica garantir que os bens estão em condições de cumprir a sua função e que são utilizados da forma mais eficiente possível, o que passa também pela definição de uma estratégia de renovação dos equipamentos quando necessário.

Terminada a intervenção do eleito Nelson Santos (SET-V), o Senhor Presidente da Junta informou que partilhava integralmente a preocupação expressa. Acrescentou que, quando o atual Executivo tomou posse, a primeira prioridade foi avaliar o estado real dos equipamentos e identificar tudo o que se encontrava obsoleto ou sem funcionamento.

34

Explicou que, à medida que o armazém do Choilo foi sendo organizado, se constatou que existia muito material acumulado e inutilizado, ao ponto de anteriormente não ser possível circular dentro das instalações, situação que está agora resolvida. Informou que foram encontrados diversos equipamentos abandonados ou avariados, como sopradores, roçadoras, aspiradores, uma varredora e até viaturas.

Referiu que, relativamente às viaturas, foi detetado que algumas não tinham inspeção válida, apesar de existir um serviço contratado para esse efeito. Por essa razão, determinou que todos os veículos fossem imediatamente imobilizados até regularização da situação, o que, no seu entender, demonstra bem o estado em que os meios se encontravam.

Acrescentou que alguns equipamentos poderão deixar de estar obsoletos, uma vez que o Executivo decidiu avançar com reparações economicamente viáveis. Deu como exemplo a varredoura, que estava encostada devido a um depósito de água roto e a uma junta de cabeça queimada no motor. Informou que já existe orçamento para reparação, que é acessível, e que o equipamento poderá voltar a operar, sendo particularmente útil na limpeza de areia, mesmo tendo vários anos.

Referiu também a existência de um trator com reboque, igualmente encostado, cuja situação está ainda a ser avaliada.

O Senhor Presidente explicou que, após esta fase inicial de reorganização e recuperação dos meios, será realizada uma listagem completa de todos os bens obsoletos, a qual será apresentada em



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

Asssembleia de Freguesia, para que seja tomada uma decisão conjunta sobre o destino desses equipamentos, uma vez que se trata de património público e não compete apenas ao Executivo decidir. Sublinhou que este processo não deverá estar concluído já na próxima Assembleia, mas que será desenvolvido com rigor, para identificar o que faz falta, o que não faz falta e o que pode ser recuperado. Acrescentou que, apesar de muito material obsoleto, também foram encontrados equipamentos novos e operacionais.

Concluiu convidando todos os eleitos a visitar o armazém e as oficinas, para verificarem presencialmente o estado dos equipamentos e compreenderem melhor o trabalho que está a ser realizado.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta e, tendo em conta que este ponto da Ordem do Dia se destinava apenas à apreciação e avaliação, foram registadas as sugestões apresentadas pelas bancadas ao Executivo. De seguida, declarou a passagem ao ponto 4 da Ordem do Dia.

Pediu então a palavra o eleito Hercílio Ferreira (CDU), referindo que, embora não fosse a sua área de atuação, deslocava-se regularmente ao armazém do Choilo. Disse que, da sua experiência, sempre encontrou espaço suficiente no interior das instalações, onde as viaturas eram estacionadas e os trabalhadores arrumavam os seus equipamentos. Afirmou que não pretendia, de forma alguma, ser mal-educado para com o Senhor Presidente da Junta, mas que, do que observou, havia condições de circulação e organização.

Relativamente à questão das inspeções das viaturas, declarou não ter conhecimento direto dessa matéria, mas considerou que deveria existir alguém responsável por esse acompanhamento. Reforçou que não visitava o espaço diariamente, mas que, nas vezes em que lá esteve, encontrou bastante espaço disponível e uma utilização regular das instalações pelos trabalhadores.

Concluiu reconhecendo que, como referido pelo Senhor Presidente da Junta, poderia efetivamente existir algum equipamento encostado ou obsoleto, o que considerou normal tendo em conta a dimensão da freguesia resultante da união das duas antigas freguesias e o consequente aumento de maquinaria. A sua intervenção destinou-se apenas a esclarecer a sua perceção sobre o espaço existente no armazém.

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Junta, começando por esclarecer que as suas afirmações resultam da sua própria observação direta, uma vez que esteve e continua a estar regularmente no armazém. Referiu que, para que não subsistam dúvidas, chegou a encontrar até um pó de pedra dentro do armazém, ilustrando o grau de acumulação existente.

Explicou que, anteriormente, o espaço era utilizado para guardar viaturas, equipamentos e diversos materiais, mas que tudo se encontrava amontoado, dificultando o acesso, inclusive a equipamentos de segurança. Deu como exemplo os extintores, que estavam dispostos de forma a exigir a remoção de vários materiais para lhes aceder, o que considerou inadequado.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Esclareceu que, quando afirmou que algumas viaturas não tinham inspeção válida, referia-se a casos concretos, segundo recordou, duas viaturas, e reiterou que essa situação foi verificada pelo atual Executivo.

O Senhor Presidente sublinhou que o equipamento existente era, em grande parte, muito obsoleto e envelhecido, mas que, por se tratar de património público, teve de ser preservado. Acrescentou que a manutenção de muitos desses equipamentos é dispendiosa e que vários deles não estavam em condições de funcionamento. Referiu, como exemplo, roçadoras que estavam encostadas e sem capacidade de operar em pleno, situação que está a ser gradualmente resolvida.

Informou que, atualmente, o armazém e a oficina se encontram organizados e limpos, sendo possível acomodar todas as viaturas no interior, com exceção de uma. Acrescentou que o espaço é propriedade da Câmara Municipal e que a Junta aguarda autorização para realizar mais algumas intervenções de melhoria, em parceria com a autarquia.

Reforçou que, apesar do estado em que os equipamentos foram encontrados, o Executivo tem vindo a colmatar as necessidades, o que tem representado um investimento significativo. Adiantou que, na revisão orçamental que será apresentada, existirá uma rubrica mais robusta dedicada à aquisição de equipamentos novos, essenciais para garantir a continuidade e eficácia do trabalho desenvolvido, sobretudo nas áreas operacionais.

36

Sublinhou que a Junta tem realizado um trabalho intenso, embora nem sempre visível, e que é fundamental dotar os trabalhadores das condições necessárias para desempenharem as suas funções com eficiência. Concluiu reiterando o compromisso do Executivo em melhorar os meios disponíveis e valorizar o empenho dos trabalhadores no serviço diário à população.

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao quarto ponto da Ordem do Dia.

4. Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta disse que esta discussão já tinha sido iniciada anteriormente e que podia reiterar o que já havia referido. Explicou que a negociação do protocolo foi realizada por ambas as partes, com conhecimento e participação de todos os intervenientes, tendo sido tomadas decisões conjuntas. Referiu que foram retiradas algumas competências que representavam um peso significativo em termos de recursos humanos, nomeadamente a recolha de monos, que obrigava a retirar viaturas ligeiras e equipas inteiras do serviço diário, prejudicando áreas como a limpeza, a desmatação e a manutenção dos jardins. Sublinhou que, por vezes, até os jardineiros eram desviados para recolha de monos.

Acrescentou que, no essencial, o protocolo se mantém semelhante ao anterior, sendo a grande diferença a questão das escolas, relativamente à qual foi assumido um compromisso pela Senhora Presidente da Câmara, Dra. Maria das Dores Meira, e pelo Senhor Vereador Paulo Maia. Esclareceu que, sempre que forem necessárias intervenções mais robustas, incluindo intervenções em telhados,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO (SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

a Câmara Municipal assumirá essa responsabilidade. Reforçou que sempre discordou da inclusão dos telhados na descentralização da manutenção, considerando que os cerca de 72 mil euros atribuídos são insuficientes, dando o exemplo de substituir os caixilhos de uma única escola consumiria metade da verba, deixando as restantes escolas sem manutenção.

Referiu ainda que existem duas urbanizações que não estão incluídas na descentralização e que já se encontram em fase de negociação para futura integração, com atribuição das respetivas unidades de trabalho e verbas necessárias. Indicou como exemplo a urbanização situada abaixo do Continente, no Xavier de Lima, que é atualmente da responsabilidade da Câmara Municipal. Informou que, caso a Câmara solicite à Junta a realização de limpeza, será estabelecido acordo, mas que, até ao momento, a Junta não tem autorização para intervir. Mencionou que o mesmo se aplica a outra urbanização em Vendas de Azeitão, igualmente fora das competências descentralizadas.

O Senhor Presidente destacou que um dos pontos mais significativos da negociação foi a atualização da verba da unidade de trabalho, reivindicação da Junta que foi finalmente aceite. Considerou que esta atualização faz toda a diferença no protocolo e que tanto a Junta como a Câmara Municipal têm consciência de que Azeitão cresce continuamente e exige mais meios. Acredita que, demonstrando trabalho e necessidade, a Câmara Municipal continuará a reforçar as verbas e os apoios.

Aproveitou ainda para informar sobre o auditório, referindo que o edifício está praticamente concluído, faltando apenas alguns trabalhos interiores e a envolvente exterior, cujo investimento ronda 1.300.000,00 euros. Disse que, segundo informações recebidas, a abertura poderá ocorrer entre junho e julho, dependendo também do empreiteiro. Esclareceu que a gestão do espaço será da Câmara Municipal, mas que existe já um compromisso para que as Assembleias de Freguesia passem a realizar-se naquele local, por ser mais central e acessível para a população. Considerou que esta mudança poderá trazer novas responsabilidades de manutenção, que serão ajustadas entre a Junta e a Câmara.

O Senhor Presidente afirmou que, apesar de o protocolo se manter globalmente semelhante, a questão das escolas continua a ser a que mais o preocupa. Referiu que as escolas estão envelhecidas e exigem manutenção constante. Informou que, no relatório, constam mais de 200 horas de trabalho realizadas, além das intervenções de empresas externas, como eletricitas e técnicos especializados, uma vez que a Junta não dispõe de pessoal especializado. Explicou que a Câmara também tem poucos eletricitas para as suas necessidades, o que dificulta deslocações frequentes a Azeitão.

Afirmou que, caso seja possível recrutar pessoal especializado, a Junta abrirá concursos para esse efeito, caso contrário, continuará a recorrer a serviços externos, garantindo que nada fica por fazer e que as escolas não são deixadas ao abandono. Reiterou que considera os cerca de 72 mil euros insuficientes, mas que, com boa gestão e acompanhamento próximo, será possível cumprir as necessidades. Sublinhou que existe um compromisso da Câmara Municipal para reforçar a verba sempre que necessário, não através do protocolo, mas através de obras específicas ou programações conjuntas que permitam absorver os custos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta e afirmou que, não obstante o assunto em apreço já ter sido amplamente discutido na presente sessão, **tinha o pedido de palavra do eleito Nelson Santos (SET-V), a quem concedeu de seguida a palavra.**

Usando da palavra, o eleito Nelson Santos (SET-V) referiu que aquilo que lhe competia introduzir assentava no seguinte: registavam com agrado a efetivação da transferência de competências, incluindo os ajustes orçamentais e funcionais que foram realizados. Considerou que estas propostas dão continuidade ao modelo já conhecido de delegação de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, destinado a assegurar os serviços essenciais no território, modelo esse assente na proximidade, o que, no seu entender, faz todo o sentido.

No entanto, salientou que este modelo só é válido se produzir resultados concretos no terreno. A descentralização tem esse princípio subjacente, pois aquilo que os cidadãos vivem no dia a dia não são os contratos ou os protocolos, mas sim os problemas reais e as respetivas soluções. Reconheceu que existem vários desafios, nomeadamente na limpeza urbana, deservagem e gestão do espaço público, áreas que exigem uma correlação direta com a transferência de competências.

Acrescentou que estas propostas, para terem uma aplicabilidade efetiva, implicam também um aumento de responsabilidade por parte da Junta. Referiu que, no âmbito da limpeza urbana e dos espaços verdes, a transferência de competências reduz progressivamente a margem para separar o modelo de execução, uma vez transferidas as competências e os meios, existe um compromisso que tem de ser cumprido.

Considerou que esta transferência cria uma expectativa maior por parte dos cidadãos, que têm consciência de que a Junta passou a deter estas responsabilidades. Por isso, esperam ver uma melhoria efetiva no território, não apenas a longo prazo, mas ao longo do presente mandato, uma vez que o tema está resolvido e operacionalizado.

Defendeu que a discussão não deve ficar apenas no plano técnico, devendo traduzir-se em resultados concretos no dia a dia da gestão da freguesia. Sublinhou que, no final, o que será avaliado não é o modelo, mas sim o resultado, pois os cidadãos pretendem uma melhor qualidade de vida e os membros da Assembleia irão exigir que essa execução seja realizada da melhor forma possível.

Terminada a intervenção do eleito Nelson Santos (SET-V), pediu para intervir o eleito Diamantino Estanislau (CDU).

No uso da palavra, o eleito Diamantino Estanislau (CDU) afirmou que o eleito Nelson Santos já tinha referido parte daquilo que também entende sobre o processo de descentralização, mas que gostaria de salientar alguns aspetos adicionais.

Recordou que este processo tem vindo a ser aperfeiçoado ao longo dos anos, tendo começado, salvo erro, entre 1998 e 2000, evoluindo desde então com a introdução de novos apêndices e atribuições. Explicou que este modelo foi inicialmente desencadeado entre a Câmara Municipal e as então duas freguesias, com o objetivo de resolver problemas da população que o município, por si só, não tinha capacidade de assegurar.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Referiu que, nos últimos anos, com a criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS), estes voltaram a ter capacidade para desempenhar algumas tarefas, nomeadamente com a aquisição de novas viaturas e com a recolha de lixo e de monos. Considerou que esta evolução permitiu melhorar a qualidade do serviço e justificou que alguns serviços deixassem de ser executados pela Junta, passando a ser desempenhados pelos SMS, que dispõem de melhores condições para tal. Entendeu, por isso, que as tarefas devem ser ajustadas às condições atuais.

Relativamente às verbas, afirmou que ainda não tinha percebido quais as diferenças entre o que a Junta recebia e o que passará a receber no âmbito do novo protocolo. Considerou que esta matéria está incluída no ponto em discussão, relacionado com o Protocolo de Colaboração e com a delegação de competências.

O eleito Diamantino Estanislau acrescentou que gostaria de esclarecer, de uma vez por todas, uma questão que considera recorrente, nomeadamente a designação da delegação da Junta de Freguesia. Afirmou que não está correta a referência a “Brejos de Clérigos”, uma vez que a delegação atualmente em funcionamento não se situa em Brejos de Clérigos, mas sim na área da antiga Freguesia de São Lourenço, na zona de Casal Bolinhos, no Choilo Norte. Explicou que a antiga delegação de Brejos de Clérigos se situava na Rua Nova da Jardia, em São Simão, mas que, com a criação da União das Freguesias, essa delegação deixou de funcionar, tendo todos os serviços sido concentrados na delegação existente na área de São Lourenço.

39

Defendeu que esta designação deve ser corrigida, uma vez que já não corresponde à realidade, sugerindo que, em alternativa, se utilize a designação “Delegação de Brejos de Azeitão”, que considera mais correta, por abranger toda a zona de Brejos e não apenas Brejos de Clérigos ou Brejos de São Lourenço.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Junta, referindo que, relativamente à questão colocada, poderá solicitar aos serviços da Câmara Municipal a respetiva retificação ou menção adequada. Explicou que, caso os protocolos fossem aprovados naquela sessão, teria de se deslocar na manhã seguinte à Câmara Municipal de Setúbal para proceder à assinatura dos mesmos com a Senhora Presidente, de forma a serem enviados para a DGAL e produzirem efeitos a partir de 1 de maio. Comprometeu-se a verificar com a Câmara Municipal de Setúbal a melhor forma de ultrapassar a situação referida, considerando tratar-se de uma questão de fácil resolução.

Prosseguiu afirmando que a grande diferença introduzida neste protocolo se prende com a higiene urbana. Explicou que a Junta procurou pensar no futuro e que a Câmara Municipal acolheu o ponto de vista apresentado pelo Executivo da Junta. Informou que a Câmara optou por não descentralizar, para já, duas urbanizações, permitindo manter um ponto de equilíbrio, uma vez que o processo ainda se encontra numa fase inicial e é necessário avaliar as necessidades decorrentes do crescimento habitacional, do aumento de áreas pavimentadas e da expansão dos passeios.

Referiu que a higiene urbana enfrenta também desafios relacionados com a falta de civismo por parte de uma minoria da população, que deposita resíduos fora dos locais adequados, prejudicando o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

trabalho desenvolvido. Considerou, no entanto, que cerca de 99% das pessoas cumprem, mas que existe sempre quem dificulte o serviço.

O Senhor Presidente destacou que a Câmara Municipal decidiu não fechar ainda esta matéria, deixando margem para futuros ajustes, sempre com o objetivo de melhorar o serviço prestado à população de Azeitão. Sublinhou que a maior alteração do protocolo diz respeito à recolha de monos, recordando que, no passado, a Junta enfrentava grandes dificuldades, retiravam monos às 8h00 e, ao meio-dia, já existia o dobro. Considerou acertada a decisão dos Serviços Municipalizados de Setúbal de assumirem essa competência, uma vez que a Junta não conseguia dar resposta adequada.

Acrescentou que, sempre que o camião da Junta enchia, era necessário deslocar-se à Moita, à AMARSUL, para descarregar, o que implicava duas a três viagens por dia, com custos elevados. Considerou, por isso, que a transferência desta competência para os SMS foi uma vitória, permitindo libertar recursos e melhorar a eficiência do serviço.

O Senhor Presidente afirmou que tudo o resto se mantém em atualização permanente, sendo que, sempre que surjam necessidades no território, o Executivo entrará em contacto com a Câmara Municipal de Setúbal. Destacou que, até à data, a Junta tem encontrado total abertura por parte da autarquia.

Concluiu afirmando que o trabalho desenvolvido por ambas as partes beneficia toda a população. Recordou que, no primeiro encontro com o Senhor Presidente da Câmara, afirmou que “o sucesso da Senhora Presidente é o meu, e o meu também é o seu”, reforçando que o objetivo comum é servir os azeitonenses e cumprir as responsabilidades que lhes são confiadas.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029”.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao quinto ponto da Ordem do Dia.

5. Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta disse que, à semelhança do que já tinha sido referido nos pontos anteriores, este contrato interadministrativo agrega e sistematiza as matérias que têm vindo a ser discutidas. Explicou que, no essencial, tudo se mantém idêntico ao que já existia, havendo apenas um ajuste específico na rubrica das massas asfálticas.

Informou que, numa fase inicial, a Câmara Municipal de Setúbal manifestou intenção de assumir diretamente esta competência, mas que, após articulação entre as freguesias, prevaleceu o entendimento de que a reparação imediata de pequenos buracos é uma intervenção de proximidade que faz toda a diferença no território. Por essa razão, a Câmara considerou adequado manter esta



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)**

rubrica sob responsabilidade da Junta, ficando salvaguardado que, caso seja necessário, a verba poderá ser reforçada.

O Senhor Presidente acrescentou que, até ao momento, já foram utilizadas quatro paletes de massa fria, o que demonstra a dimensão das necessidades e a importância desta intervenção rápida no espaço público. Referiu que, apesar de surgirem novos buracos diariamente, a Junta tem conseguido dar resposta e combater a situação.

Concluiu afirmando que tudo o resto se mantém praticamente igual ao que constava no contrato anterior.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) – 2026 – 2029”.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao sexto ponto da Ordem do Dia.

6. Alteração Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão), respeitantes a Espaços Verdes, Limpeza Pública e Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo - 2026 – 2029

41

Disse o Senhor Presidente da Junta que este processo, à semelhança do que já tinha sido referido anteriormente, é um procedimento em que um ponto eleva o outro, e sucessivamente, resultando num conjunto articulado de matérias que se interligam. Referiu que todos os membros da Assembleia têm o documento em sua posse e que o mesmo reflete, de forma consolidada, tudo aquilo que foi discutido ao longo da sessão.

Acrescentou que, no essencial, não havia alterações de fundo a destacar, considerando que o ponto estava devidamente apresentado. Concluiu afirmando que, caso existissem questões, estaria disponível para prestar esclarecimentos, mas que, não havendo intervenções, entendia que se poderia passar à votação.

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “Alteração Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão), respeitantes a Espaços Verdes, Limpeza Pública e Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo - 2026 – 2029”.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia afirmou que, tendo em conta o esclarecimento previamente prestado à Assembleia, se passaria de imediato ao ponto seguinte, declarando que se saltaria o ponto 7 e que se daria início ao ponto 8, referente à Primeira Alteração Modificativa de Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2026.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

7. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026

A proposta foi retirada.

8. 1ª alteração modificativa (revisão) ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta disse que, relativamente à primeira 1ª modificativa, existia um reforço de algumas rubricas já existentes, destacando-se, contudo, uma área particularmente relevante, designadamente a consultoria para projetos. Explicou que, tendo a Junta intenção de desenvolver vários projetos, como o Centro de Dia, o Centro de Convívio e outros que se encontram em preparação e que serão oportunamente apresentados à Assembleia, tornou-se necessário reforçar esta rubrica.

Acrescentou que a Junta deixou de contar com um técnico superior que prestava apoio à contratação pública, o que torna o processo mais moroso. Assim, considerou essencial agilizar procedimentos, recorrendo a apoio externo sempre que necessário, ficando essa possibilidade salvaguardada através da verba inscrita na consultoria.

Referiu ainda que existe um reforço destinado à aquisição de equipamentos, na sequência das necessidades identificadas pelo Vogal Gil Raposo, com o objetivo de dotar os trabalhadores de ferramentas mais leves, eficazes e que reduzam o desgaste físico e o risco de lesões. Sublinhou que esta é uma prioridade do Executivo.

O Senhor Presidente mencionou também a situação relacionada com o motorista para a varredora mecânica explicando que o concurso para contratação está em preparação, mas que o processo demorará algum tempo. Como a viatura chegará em breve e necessita de ser operada, foi aberta uma avença para garantir a continuidade do serviço até à conclusão do procedimento concursal.

Acrescentou que existem ainda outras pequenas rubricas destinadas a assegurar o funcionamento regular dos serviços, incluindo equipamentos de segurança, fardamento e botas, áreas em que a Junta está a solicitar novos orçamentos, uma vez que o stock atual é muito reduzido. Reforçou que o Executivo está fortemente empenhado na segurança e proteção dos trabalhadores, considerando que estes devem ter todas as condições necessárias para desempenhar as suas funções com dignidade e segurança.

Concluiu afirmando que estas alterações visam garantir a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à população.

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “1ª alteração modificativa (revisão) ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026”.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 10 votos a favor 4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V, 2 por parte da CDU e 1 por parte da IL) e 3 abstenções por parte do CH.

Aprovado em minuta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Esgotada a Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia submeteu à votação o seguinte:

❖ **Votação da aprovação das deliberações em minuta**

Submetidas a aprovação das deliberações em minuta, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

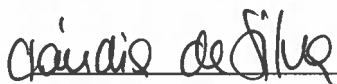
❖ **Votação da Ata em Minuta da presente sessão.**

A Ata em Minuta foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Não havendo mais a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, às vinte e quatro horas e dezasseis minutos, do dia seguinte, da qual para constar se lavrou a presente ata, constituída por quarenta e três folhas, que eu, Cláudia da Silva, Assistente Técnica, para o efeito designada, redigi e que também assino.

A responsável pela elaboração da ata,
Assistente Técnica



A Presidente da Assembleia



Vanda Maria da Cruz Esteves



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para prever mais ações de captura, esterilização e devolução de gatos de rua na nossa Freguesia.

A comunidade está cada vez mais sensível para o bem-estar animal, e considera-se que as autarquias sejam promotoras do cuidado com os nossos animais comunitários, com mais presença no terreno.

Recomenda-se que a sinalização de colónias de gatos e respetivos cuidadores seja constante, com o objetivo de se tornarem colónias controladas.

Como tal, é necessário e torna-se imprescindível que as ações de captura, esterilização e devolução de gatos de rua na nossa Freguesia sejam mais frequentes para controlo populacional dos animais, evitando assim atropelamentos e sofrimento.

Deixamos algumas das colónias de gatos referidas por cuidadores locais e identificadas pela nossa bancada:

- Rua da Matosa;
- Rua da Mata;
- Cruzamento da Rua da Felicidade com a Travessa da Boneca;
- Rua Poeta Sebastião da Gama;
- Terrenos junto ao cruzamento da Rua da Mata e Rua da Padaria;
- Junto à empresa Setcereal;
- Junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários;
- Aldeia da Portela;
- Coína-a-Velha;



- Rua do Picão;
- Belcampo;
- Pinhal de Negreiros;
- Casal de Bolinhos.

Cuidadores de colónias referiram que algumas estão sinalizadas pelos serviços veterinários da Câmara Municipal de Setúbal e já foram feitas campanhas de esterilização no passado. Contudo, sentem que neste momento existe uma carência de intervenção mais assídua na nossa Freguesia.

Acrescenta-se ainda que, segundo relatos de moradores de Belcampo que num espírito de entreajuda, são cuidadores dos felinos locais, alimentando-os, custeando as esterilizações dos felinos que conseguem capturar e promovendo a adoção. Foi referido ainda que procuraram apoio municipal para as esterilizações, mas sem sucesso. Também revelam preocupação com o tempo de recolha dos cadáveres dos animais encontrados na via pública.

Foi relatado por uma cuidadora que, na urbanização junto ao mercado de Azeitão, estão a aparecer ninhadas e que as crias são muitas vezes atropeladas.

O bem-estar animal é uma preocupação da nossa Freguesia!

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, delibera aprovar a presente recomendação.

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para a construção de instalações sanitárias públicas gratuitas no Azeitão Bacalhôa Parque I e II e Parque do Morango

O Azeitão Bacalhôa Parque é um local recreativo e de reunião muito apreciado pelos Azeitonenses e por quem nos visita; tem uma excelente área, é bem cuidado, tem uma dimensão considerável e é, até, palco de diversos espetáculos e atividades desportivas e culturais. Tem tudo isso, mas verifica-se que no Azeitão Bacalhôa Parque II, não existem quaisquer instalações sanitárias que possam estar ao serviço dos utentes do parque, principalmente aqueles que lá pretendam estar por um período alargado, por exemplo, a ver um concerto. Nas imediações do Azeitão Bacalhôa Parque I, existem instalações sanitárias públicas pagas, e no interior do parque as instalações sanitárias do Quiosque do Parque da Bacalhôa (há vários meses fechado e sem condições mínimas). Os utentes do parque utilizam como alternativas as instalações sanitárias do LIDL que, sendo uma empresa privada, não tem obrigação de sobrecarregar as suas instalações, ou o recurso à natureza, sendo que nenhuma destas opções dignifica este magnífico espaço.

Relativamente ao Parque do Morango, local de lazer de muitos utentes e utilizado para diversas atividades ao ar livre, como por exemplo aulas de ginástica, e recinto acolhedor de algumas das festas locais de maior afluência e sucesso, também se encontra desprovido de instalações sanitárias públicas gratuitas, sendo que as únicas instalações sanitárias existentes no local são as do Café do Morango, sendo a alternativa para quem faz do Parque do Morango o seu local de recreio.

Propomos, assim, a construção ou instalação de casas de banho públicas gratuitas no Azeitão Bacalhôa Parque I e II e Parque do Morango, à semelhança do que existe por todo o país, de modo a tornar mais dignos e asseados estes jardins tão representativos da nossa terra.



Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, delibera aprovar a presente recomendação.

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para a execução do troço de estrada colapsado, localizado na Rua Idelira Lourinhã Elias.

A Rua Idelira Lourinhã Elias é uma via que faz a ligação entre Pinhal de Negreiros e Casal de Bolinhos. A nível topográfico, encontra-se implantada no coroamento de uma encosta natural.

Atravessámos um inverno rigoroso com intensa pluviosidade e fenómenos meteorológicos extremos, o que acabou por ditar o colapso de um troço desta estrada, resultado da erosão hídrica e eólica do talude natural ao longo dos tempos.

Existem relatos de fregueses que afirmam que, mesmo antes do colapso do troço, temiam passar no local, pois já era perceptível e espetável que poderia ocorrer um deslizamento de terras e provocar o colapso, o que de facto viria a acontecer.

Verificamos que os meses passam sem perspetiva de resolução.

Consideramos que a interdição não é solução!

Recomenda-se, deste modo, que se estabeleçam diligências e sinergias entre a Junta de Freguesia de Azeitão e a Câmara Municipal de Setúbal para a execução de trabalhos de reforço do talude e reparação da via.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, delibera aprovar a presente recomendação.

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



**Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia
de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,
Dra. Vanda Esteves**

Moção 25 de Abril de 1974

A 25 de abril celebramos, como disse Sophia de Mello Breyner, a madrugada do dia inicial inteiro e limpo – o dia em que emergimos de uma longa noite que, durante 48 anos, deixou Portugal no silêncio e na escuridão.

A Revolução dos Cravos, como ficou popularmente conhecida no Mundo pelo simples gesto de uma humilde empregada de restaurante, Celeste Caeiro, que, ao ser abordada por um militar que lhe pedia por um cigarro, lhe ofereceu uma flor, é, para muitos, símbolo e exemplo de uma revolução pacífica.

No entanto, não podemos afirmar, com verdade, que foi uma revolução “sem sangue”. Não podemos ignorar que às mãos da PIDE, morreram nesse dia Fernando dos Reis, Fernando Gesteira, José Arruda e José Barneto – vítimas não da Revolução, mas daqueles que a tiro lhe queriam pôr fim. Não podemos esquecer aqueles e aquelas que, durante quase cinco décadas de ditadura foram vítimas de opressão, perseguição e tortura; que pereceram resultado da fome, da pobreza ou da violência da PIDE; nem os jovens que em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, foram obrigados a participar numa guerra sangrenta, perpetrada por um Estado que, na sua intransigência, se recusava a reconhecer o legítimo direito de autodeterminação dos povos daqueles territórios.

Não podemos esquecer quem partiu na busca de melhores condições de vida, quem se viu atirado para a clandestinidade – quem sobreviveu e quem resistiu.

Não podemos apagar da memória coletiva o que custou a liberdade, nem tomar como certas as conquistas e progressos que levaram à construção de uma sociedade mais igual, livre e justa, pois há quem ouse afirmar-se, já sem vergonha ou tabu, anti-regime num contexto político democrático, desvalorizando tudo aquilo que foi alcançado por uma nação de gente livre.

É, por isso, nosso dever celebrar este longo e belo dia, que teve início a 25 de abril de 1974 e que perdura há já 52 anos. Fazemo-lo recordando e honrando os homens e mulheres que, mais do que



pelo seu presente, lutaram pelo nosso futuro, assumindo a responsabilidade de proteger e defender os direitos e deveres que por eles foram conquistados – não só por nós, que somos filhos e netos de Abril, mas também por todas as gerações vindouras.

Porque é na inércia que tudo se perde e a passividade não é resposta à sombra da intolerância, celebramos para que o Sol que é a Liberdade nunca se apague.

Celebrar Abril é exigir que a Constituição se cumpra de forma integral e intransigente – do direito a uma habitação digna, à proteção da saúde através de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito; da educação assente num sistema público universal, obrigatório e gratuito, à liberdade de consciência, de religião e de culto; do Estado de Direito Democrático baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, à proibição de associações armadas ou de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, e organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Celebramos, construindo, fortalecendo e melhorando, dia após dia, a Democracia.

O paradoxo da tolerância, formulado por Karl Popper em 1945 na sua obra “A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos”, expõe de forma clara que uma sociedade totalmente tolerante que aceite ideias intolerantes acaba por ser destruída por essas mesmas ideias intolerantes. A preservação da Democracia e da Liberdade faz-se pelo combate sem tréguas aos extremismos, à intolerância, ao discurso de ódio. Num Estado de Direito Democrático não há atalhos éticos: quem procura uma tábua de salvação naqueles que representam a antítese da Liberdade troca a sua dignidade democrática pela conveniência da maioria que não conquistou nas urnas.

Assim, a transmitimos o nosso profundo agradecimento a todos aqueles e aquelas que ousaram tornar o sonho realidade e que, durante a ditadura e mesmo após a revolução, trabalharam para construir este nosso precioso legado de Democracia e Liberdade, saudando, de igual modo, quem o continua e preserva.

Viva o 25 de Abril!

Viva Azeitão!

Viva Portugal!

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão



**Exma. Senhora Presidente da Mesa da
Assembleia de Freguesia da União de
Freguesias de Azeitão,
Dra. Vanda Esteves**

Moção 1.º de Maio – Dia do Trabalhador

A evolução do mundo do trabalho tem sido espelho das transformações económicas, tecnológicas e ideológicas de cada período histórico, representando alterações ao nível dos regimes, sistemas e do poder político, mas também de conquistas que modificaram profundamente as estruturas sociais e ajudaram a moldar o mundo em que hoje vivemos.

Neste sentido, também os instrumentos disponíveis para a concretização da luta dos trabalhadores pelas suas legítimas reivindicações – que, nas democracias modernas, se consagram em direitos como o direito à associação e à liberdade sindical e o direito à greve e à manifestação – representam uma parte significativa destes progressos.

Perante este contexto, a celebração do Dia do Trabalhador assume-se como um importante marco e um momento catalisador, no qual a mobilização e a manifestação coletivas dão rosto e voz aos inúmeros desafios que ainda se fazem sentir a nível laboral.

Em Portugal, apesar das primeiras celebrações do Dia do Trabalhador remontarem ao final do século XIX, nomeadamente ao ano de 1890, foi apenas a 1 de maio de 1974 – seis dias após a Revolução de Abril – que este dia foi assinalado oficialmente como feriado nacional, sendo a primeira de muitas conquistas legais após o fim da ditadura.

Desde esta primeira celebração em liberdade (a qual permanece ainda hoje como a maior manifestação popular da história portuguesa) que esta data tem sido assinalada, mobilizando milhares de pessoas em todo o país não só para honrar a memória de todos aqueles e aquelas que tornaram possível alcançar inúmeros progressos civilizacionais, como a redução da jornada de trabalho, a criação do salário mínimo e a regulamentação



do trabalho infantil, mas também para continuar uma luta inacabada, que se transforma e assume novas prioridades.

No entanto, e apesar da evolução natural das necessidades e reivindicações dos trabalhadores – que, nos dias de hoje, se prendem com questões como o impacto da automatização e da inteligência artificial no mercado de trabalho –, desafios como os baixos salários, a precariedade laboral, a conciliação entre a vida profissional e familiar, o assédio e a falta de proteção para quem trabalha por conta própria, continuam a estar na ordem do dia, em particular num momento em que se perspetiva a realização de alterações ao Código do Trabalho que representam um grave recuo no caminho que tem sido trilhado em Portugal para a salvaguarda e reforço dos direitos dos trabalhadores.

Assim, importa reafirmar a relevância do 1º de Maio, mas também de todos os momentos e instrumentos através dos quais os trabalhadores se fazem ouvir, pois nenhum direito conquistado é uma garantia imutável, mas sim o resultado de uma luta contínua, que exige compromisso e ação.

Celebrar o Dia do Trabalhador é, por isso, recordar o passado e assumir a responsabilidade de continuar a construir, no presente, um futuro mais justo e digno. É lutar hoje pelas conquistas alcançadas e em recuo afirmar uma Agenda para o Trabalho Digno.

Desta forma saudamos os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, endereçando uma especial saudação aos trabalhadores do concelho de Setúbal, do município e das freguesias.

Transmite ainda a sua solidariedade para com todos os trabalhadores do mundo, associando-se à luta pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais, em defesa da justiça social e no combate à precariedade e ao assédio nos locais de trabalho e contra quaisquer retrocessos no âmbito dos direitos laborais.

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão

Saudação

25 de Abril e 1º de Maio

50 Anos da Constituição da República Portuguesa

Portugal comemorou o 52º aniversário da Revolução de Abril, data fundadora da democracia portuguesa, momento histórico da libertação do povo português das amarras de uma ditadura criminosa e corrupta ao serviço de grandes interesses económicos.

Com a Revolução de Abril, o povo português conquistou a Liberdade, a Paz e Democracia e fez consagrar na sua Constituição um vasto conjunto de Direitos, Liberdades e Garantias, incluindo aqueles que estabelecem os princípios que devem nortear as relações laborais, procurando corrigir desequilíbrios, visando proteger os trabalhadores e as suas organizações.

É também essa Constituição e os direitos nela consagrados que os trabalhadores portugueses celebram e defendem no 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Data histórica do movimento operário, momento de luta dos trabalhadores de todo o mundo, momento de resistência face aos que pretendem destruir conquistas civilizacionais e procuram, a todo o custo, retomar modelos de sociedade assentes na exploração, na desigualdade, nos baixos salários, no trabalho precário e sem direitos, como está patente na proposta alteração da legislação laboral apresentada pelo Governo PSD-CDS, para agrado das confederações patronais.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a 2 de Abril de 1976, cujo 50.º aniversário agora comemoramos consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de 1974 que, após 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à construção de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais.

A Constituição da República Portuguesa traduz os anseios e as conquistas de Abril, consagrando um vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, reunião, manifestação, associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto, constituem pilares essenciais da democracia portuguesa.





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão

A CRP define igualmente a organização do Estado e as funções dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e das autarquias locais, consagrando o Poder Local Democrático como parte integrante do regime democrático, dotado de autonomia administrativa e financeira, plural, colegial e participada. Define as autarquias locais, como pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas. E que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Ao longo destes 50 anos, as autarquias locais foram decisivas na melhoria das condições de vida das populações, na promoção do desenvolvimento local e na resolução de problemas estruturais, muitas vezes ultrapassando as suas competências e meios disponíveis.

Apesar da sua relevância constitucional e social, o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia, nomeadamente através de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, do bloqueio à concretização da regionalização constitucionalmente consagrada e do processo de extinção e fusão de freguesias, imposto contra a vontade das populações.

Defender o Poder Local Democrático, é garantir desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, coesão social e territorial. É cumprir as funções sociais do Estado, rejeitar o subfinanciamento, a descaracterização do Poder Local através da transferência de encargos sem meios adequados, bem como a ingerência tutelar que o reduz, em parte, a mero executor técnico de opções que muitas das vezes lhe são alheias.

Defender o Poder Local Democrático, constitui uma exigência democrática e constitucional.

Assim, **a Assembleia de Freguesia de Azeitão**, reunida a 29 de Abril de 2026, **delibera:**

- Saudar o 52º aniversário da Revolução de Abril e as comemorações populares que assinalam a data;
- Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e a luta dos trabalhadores portugueses em defesa dos seus direitos, contra a tentativa de desregular as relações laborais, pela derrota do chamado pacote laboral;
- Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais promovidas pelo Poder Local Democrático ao longo destas cinco décadas;





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão

- Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local;
- Reafirmar a sua importância do seu reforço e do respeito pela autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, dotando-as dos meios necessários para responder eficazmente às necessidades das populações;
- Inscrever a concretização da regionalização como elemento essencial para o desenvolvimento e progresso locais e a defesa da autonomia local, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra.

Enviar esta saudação para:

Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares.

Azeitão, 29 de Abril de 2026

Os eleitos da CDU, na Assembleia de Freguesia de Azeitão





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão

Moção

Pela reversão da privatização da AMARSUL e o resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal

Considerando que a gestão de resíduos sólidos urbanos constitui um serviço público essencial, indissociável da salvaguarda da saúde pública e da sustentabilidade ambiental, conquistado pelas populações e pelo Poder Local Democrático com o 25 Abril 1974, a estrutura de gestão da Amarsul deve responder sempre ao interesse das populações e do ambiente, e não à maximização do lucro privado.

Até à passagem da maioria do capital da Amarsul para a esfera privada, resultante da privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) em 2015, o objetivo da empresa era melhorar o ambiente e a qualidade de vida das populações; desde a privatização da EGF, que detém a maioria do capital da Amarsul, tem-se assistido a um desfasamento crescente entre a estratégia do grupo privado e as necessidades reais dos municípios e dos munícipes, de que resultou:

Explosão tarifária: entre 2016 e 2024, as tarifas impostas subiram mais de 300% (de 20€ para 77€/tonelada), enquanto os valores destinados a investimento se mantiveram estagnados.

Degradação do serviço: verifica-se uma gritante falta de investimento na recolha seletiva e na modernização de equipamentos, agravada pelo esgotamento iminente do Ecoparque no Seixal, cujo encerramento, previsto para 2028 sem que a EGF apresente uma estratégia que não passe pelo agravamento de custos, coloca em risco a autonomia regional na gestão de resíduos.

Injustiça fiscal: a Taxa de Gestão de Resíduos, que atinge os 40€ em 2026, funciona como um imposto opaco. A política conivente da Agência Portuguesa do Ambiente, que retém as verbas deste imposto sem o devido escrutínio ou reinvestimento sistemático nos municípios, que são quem efetivamente presta o serviço, contribui para a asfixia da capacidade de resposta das autarquias, dificultando mesmo o cumprimento do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão

Precarização laboral: a política salarial da Amarsul tem conduzido ao esmagamento das remunerações, absorvidas pelo Salário Mínimo Nacional e ao agravamento da precariedade. Urge reverter esta trajetória através da valorização dos salários e do pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade, direitos fundamentais dos trabalhadores do setor.

A evidente degradação do serviço, a insuficiência da recolha seletiva e a gestão deficiente das infraestruturas, demonstram que a gestão privada de empresas estratégicas como a Amarsul, privilegiando a distribuição de dividendos em detrimento das populações, do investimento na modernização tecnológica e no cumprimento das metas ambientais, são um tremendo erro!

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 29 de Abril de 2026, **delibera:**

1. Exigir ao Governo o regresso à esfera de gestão pública da Amarsul, garantindo um controlo democrático onde os interesses do Município de Setúbal e dos seus municípios sejam salvaguardados.
2. Reclamar a redução imediata das tarifas de tratamento de resíduos, impedindo que esta fatura continue a ser um mecanismo de transferência de riqueza pública para o setor privado.
3. Exigir que as verbas da Taxa de Gestão de Resíduos pagas pelos municípios regressem ao concelho, para financiar a modernização do sistema de recolha e a valorização ambiental.
4. Manifestar solidariedade com os trabalhadores da Amarsul, exigindo carreiras dignas e o fim da precariedade como base da melhoria da qualidade do serviço prestado.

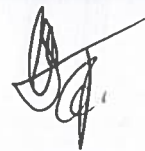
Azeitão, 29 de Abril de 2026

Os eleitos da CDU, na Assembleia de Freguesia de Azeitão



Data: 29/04/2026

N/Refª.: 2529.260428_IL_02



Assunto: **Saudação**
Programa “Arrábida Saudável”

Considerando que:

A promoção da saúde e do bem-estar da população constitui um pilar essencial para a qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável das comunidades;

A prevenção de doenças crónicas, através da promoção de hábitos de vida saudáveis, é hoje reconhecida como uma das formas mais eficazes e eficientes de reduzir a pressão sobre os serviços de saúde;

O programa “Arrábida Saudável” assume como objetivo a promoção da literacia em saúde, incentivando práticas como a alimentação equilibrada, a atividade física regular e a adoção de comportamentos preventivos;

Esta iniciativa resulta de um trabalho conjunto entre várias entidades da área da saúde, nomeadamente a Unidade Local de Saúde da Arrábida e a USF Serra Mãe, bem como de profissionais de saúde que colocam o seu conhecimento ao serviço da comunidade;

A Junta de Freguesia de Azeitão associou-se a este programa, participando ativamente na sua sessão de abertura e demonstrando disponibilidade para colaborar na sua dinamização;

A proximidade das freguesias às populações constitui uma mais-valia fundamental na divulgação de informação e na promoção de comportamentos saudáveis;

A adoção de uma abordagem comunitária à saúde, envolvendo instituições, profissionais e cidadãos, potencia resultados mais eficazes e duradouros;

A Assembleia de Freguesia de Azeitão delibera:

1. Saudar a adesão da Junta de Freguesia de Azeitão ao programa “Arrábida Saudável”, reconhecendo o seu contributo para a promoção da saúde e do bem-estar da população;
2. Reconhecer o trabalho desenvolvido pelas entidades parceiras, em particular a Unidade Local de Saúde da Arrábida, a USF Serra Mãe e todos os profissionais de saúde envolvidos, pelo seu empenho e dedicação;
3. Enaltecer a importância de iniciativas de proximidade, que promovam a literacia em saúde e incentivem a adoção de estilos de vida saudáveis junto da comunidade;
4. Incentivar a continuidade e o reforço deste tipo de programas, garantindo a sua abrangência, regularidade e avaliação de impacto, de forma a maximizar os benefícios para a população;
5. Dar conhecimento da presente moção às entidades envolvidas no programa “Arrábida Saudável”.

Azeitão, 29 de abril de 2026

O membro da assembleia de freguesia eleito pela Iniciativa Liberal,



Aníbal Silva

Data: 28.04.2026

N/Refª.: 2529.260428_IL_01

Assunto: **Recomendação - Redução de Verbas no Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Setúbal**



A Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida em sessão ordinária, considerando:

Que os protocolos de delegação de competências constituem o principal instrumento de financiamento das juntas de freguesia para a prestação de serviços de proximidade às populações;

Que a Freguesia de Azeitão contava, segundo os Censos de 2021, com 20 946 habitantes, registando um crescimento de cerca de 11% na última década, acima da média nacional, estimando-se que a população atual se aproxime dos 23 000 habitantes;

Que a dotação orçamental transferida pela Câmara Municipal de Setúbal deveria refletir esta realidade demográfica e a crescente exigência na prestação de serviços a uma população em expansão;

Que a redução das verbas transferidas no âmbito do protocolo de delegação de competências compromete diretamente a capacidade da Junta de Freguesia de Azeitão em cumprir as suas obrigações para com os seus fregueses;

Que as juntas de freguesia são, pela sua natureza, o nível de governação mais próximo do cidadão, sendo a sua capacidade de resposta diretamente proporcional aos recursos que lhes são disponibilizados;

A Assembleia de Freguesia alerta que a redução de recursos transferidos para as juntas de freguesia representa um retrocesso na política de descentralização administrativa e que os seus efeitos serão sentidos diretamente pela população de Azeitão, podendo refletir-se na diminuição da qualidade dos serviços prestados aos fregueses.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 29 de abril de 2026, recomenda ao Executivo da Junta de Freguesia de Azeitão:

Que promova, junto da Câmara Municipal e dos restantes órgãos competentes, um diálogo construtivo para encontrar soluções que garantam a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos azeitonenses.

Caso esta recomendação seja aprovada solicito o seu envio para a Assembleia do Município de Setúbal e ao Executivo do Município de Setúbal.

Azeitão, 29 de abril de 2026

O membro da assembleia de freguesia eleito pela Iniciativa Liberal,

Aníbal Silva



Saudação

1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

Assinalamos, em breve, o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, uma data maior na afirmação dos direitos, da dignidade e da justiça social. Evocamos, com respeito e reconhecimento, a longa e exigente luta dos trabalhadores de todo o mundo que, ao longo de gerações, conquistaram direitos fundamentais — como a jornada de trabalho digna, o descanso, a segurança no trabalho, a liberdade de organização e a valorização do trabalho humano.

Esta é uma história feita de coragem e de perseverança, que não pertence apenas ao passado. Mantém-se profundamente atual num tempo em que persistem desafios exigentes: a necessidade de garantir condições de trabalho justas, a valorização dos salários, o combate à precariedade e a defesa do equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar. O 1.º de Maio lembra-nos que os direitos conquistados devem ser protegidos, aprofundados e projetados no futuro.

Importa também sublinhar o papel insubstituível dos trabalhadores na vida das organizações, das empresas e das entidades públicas. São as pessoas, com o seu saber, dedicação e sentido de missão, que dão vida às instituições, que asseguram o seu funcionamento e que constroem diariamente respostas às necessidades das populações.

É de inteira justiça dirigir uma palavra de especial reconhecimento aos trabalhadores da Junta de Freguesia de Azeitão e demais autarquias do nosso concelho. O seu trabalho, muitas vezes discreto, mas sempre essencial, garante o funcionamento da Freguesia e contribui decisivamente para a qualidade de vida das populações.

É graças ao seu empenho, profissionalismo e sentido de responsabilidade que Azeitão se afirma como um território mais coeso, mais solidário e mais preparado para enfrentar os desafios do presente e do futuro.



A todos os trabalhadores, reafirmamos hoje o nosso respeito, a nossa gratidão e o compromisso de continuar a valorizar o trabalho como pilar fundamental de uma sociedade mais justa, mais desenvolvida e mais humana.

Azeitão, 29 de Abril de 2026,

Os eleitos do Movimento Setúbal de Volta



Declaração de Voto

Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e todos os Eleitos de Freguesia,

Senhoras e Senhores,

Os eleitos desta Freguesia do CHEGA vota contra as moções apresentadas pelo Partido Socialista e CDU, relativamente ao 25 de Abril, não por não valorizarmos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque o valorizamos na sua totalidade histórica e democrática.

As moções apresentadas procuram, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975.

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de direito e das liberdades fundamentais.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar parte essencial da nossa democracia.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa.

Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar apenas metade da história.



O CHEGA entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses, e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária. Celebrar Abril é celebrar a liberdade, o pluralismo e a democracia. E isso implica reconhecer todos os momentos que permitiram consolidar essas conquistas.

Por isso, não acompanhamos moções que procuram dividir a memória histórica, omitir factos essenciais e transformar uma data nacional num instrumento político.

O 25 de Abril deve unir, não dividir.

Deve representar liberdade, não narrativa ideológica.

E deve ser celebrado com verdade histórica.

É por estas razões que votamos contra.

Viva a Liberdade.

Viva o 25 de Abril.

Viva o 25 de Novembro.

Viva Portugal.

Azeitão, 29 de abril de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia de Azeitão.